

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
**DATA: 12-07-2006 – TARDE**

## **SEM REVISÃO**

**O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS** – Convidamos a Promotora de Justiça dos Direitos Humanos do Ministério Público Estadual, Sra. Miriam Balestro Floriano, para que, como mediadora, convide os demais painelistas presentes e conduza os trabalhos.

**A SRA. COORDENADORA** (Miriam Balestro Floriano) – Boa-tarde a todos. Chamamos, neste momento, para compor a Mesa a Sra. Alba Maria Zaluar, o Sr. Benedito Domingos Mariano e o Sr. Pedro Montenegro para darmos início aos trabalhos desta tarde.

Inicialmente, gostaria de homenagear os bons policiais, aqueles que sabem que a diferença entre eles e as pessoas que devem proteger é apenas uma farda, que os seus anseios por direitos sociais, saúde, educação e melhores condições de trabalho não são diferentes das demais pessoas que querem uma sociedade melhor. Também o bom policial clama por uma segurança pública eficiente para si e para a sua família.

Homenageio aqueles que sabem que uma ordem manifestamente ilegal não deve ser cumprida, porque acima do comando de um homem, esteja em que cargo estiver e em que Poder estiver, existe a lei, a Constituição Federal e os tratados internacionais. Mesmo que ele não saiba o teor desses textos, possui uma qualidade que é o que move tudo isso: o respeito pela dignidade da pessoa humana.

Por isso, neste momento, a minha homenagem aos bons policiais.

A primeira palestrante desta tarde, a Sra. Alba Maria Zaluar, é antropóloga, professora e dirigente do Núcleo de Pesquisas de Violências do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Professora Alba, é um grande prazer contarmos com a sua presença nesta Mesa. A senhora tem a palavra por 30 minutos.

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
**DATA: 12-07-2006 – TARDE**

**SEM REVISÃO**

**A SRA. ALBA MARIA ZALUAR** – Boa-tarde a todos. Muito obrigada pelo convite, o prazer é todo meu de estar aqui para conversar sobre esse tormentoso e sofrido problema de que padece o nosso País.

Pela manhã participei da primeira reunião de hoje e, em função do que ouvi, vou mudar um pouco a minha fala, embora tenha preparado uma apresentação.

Desenvolvi esse conhecimento em várias áreas, porque estudo essa questão desde 1980, quando fui para a Cidade de Deus fazer a minha primeira pesquisa. Lá me deparei com uma quadrilha de traficantes, já bem armada, com armas exclusivas das Forças Armadas, que não eram fabricadas no Rio Grande do Sul.

Aperfeiçoei vários pontos e senti que, talvez, a minha melhor contribuição aqui hoje fosse falar sobre o crime organizado que é um aspecto desse problema – não é o único –, o crescimento da criminalidade e da violência no Brasil. Talvez sobre essa questão possa trazer uma contribuição mais interessante para os senhores hoje.

De fato, desde que iniciei meus estudos e minhas pesquisas a respeito desse assunto com meus alunos, uma das minhas preocupações era evitar todos os reducionismos, ou seja, a redução de questões extremamente complexas, como a violência e a criminalidade a um só fato, a uma só causa.

Durante muitos anos a pobreza e a desigualdade foram tratadas como as únicas causas desse crescimento, cuja complexidade nos mostra que precisamos avançar muito mais na investigação. De fato, se a pobreza fosse a causa da violência, não teríamos como explicar porque é ínfima a proporção de pobres neste País que se envolvem na criminalidade e que se tornam pessoas violentas. Não teríamos como explicar porque são os homens jovens os principais autores e as

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

principais vítimas dessa violência.

O tema violência tem preocupado cada vez mais epidemiólogos, juristas, promotores, pessoas da área de saúde, sociólogos, antropólogos, razão pela qual abordo esse outro aspecto que temos de levar em consideração com o objetivo de traçarmos estratégias mais inteligentes, políticas mais eficazes no combate ao que se tornou um problema gravíssimo no País.

Outra preocupação que foi se desenvolvendo no decorrer das discussões das quais participei, das leituras que fiz, dos debates com os colegas é a de evitar também os essencialismos, tratar as coisas como se fossem completas, fechadas em si mesmas.

Quero falar também desses objetos, que são parte daquilo que pretendemos estudar, como se fossem separados por barreiras quase que intransponíveis, fronteiras, quando de fato está tudo de um modo ou de outro interconectado. Temos de entender que não existe prática sem teoria. A teoria também é importante na fabricação dessas estratégias que vão orientar as práticas e as políticas do ponto de vista do País.

O Pacto Federativo Brasileiro no momento atual reforçou a separação entre os Estados, reforçou os bairrismos, a idéia de que cada Estado tem de cuidar de sua segurança. Temos as polícias estaduais divididas entre si, também um pouco como uma atitude de fechamento dessas barreiras. Isso tem prejudicado muito a investigação inteligente dessa nova criminalidade que está muito mais referida à constituição das redes do crime organizado no País, do que a um possível aumento da pobreza e da desigualdade, o que é muito mais difícil de se comprovar.

A desigualdade e a pobreza sempre existiram no País. Diria até que, como pesquisadora, sempre estudei os pobres em minha atividade profissional, que começou na década de 60. Posso dizer que as favelas do Rio de Janeiro melhoram muitíssimo. Hoje não existem mais barracos, não existem mais valas de esgoto aberto. A maior parte das favelas tem,

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

pelo menos, 60, 70% das casas atendidas por esgotamento sanitário. As casas têm luz, água encanada, o que não tinham.

Na Maré, por exemplo, que hoje estão aí nos jornais televisivos, noventa e tantos por cento das casas tem esgotamento sanitário, luz elétrica e água.

Na Rocinha, nas favelas verticais, as favelas que têm mais declive é mais complicado, mas mesmo assim a luz também é de mais de 90%. A água, não me recordo muito bem, é oitenta e tantos.

Houve muitas melhoras, não foram melhoras suficientes ainda para fazer dessa população uma população completamente integrada do ponto de vista cultural, político e econômico também, embora eles sempre tenham sido excelentes consumidores. A vida econômica das favelas do Rio de Janeiro é extremamente ativa, rica, intensa.

Essas fronteiras, essas barreiras são como se fossem um empecilho para o entendimento daquilo que nos interconecta enquanto um País entre outros países, porque no caso do crime organizado, sabemos que essas redes se estendem, não só a outros países sul-americanos, mais claramente a Bolívia, Peru e Colômbia, porque são os países que mas fabricam a cocaína, mas também há outros países que são fabricantes de armas que são contrabandeadas para o nosso País via Paraguai, via Miami, etc.

Em tudo isso temos que ter em mente essa questão, porque, por razões que vou mostrar agora, elas estão muito presentes no problema que nós enfrentamos, hoje, aqui.

Uma grande questão para mim é esta: quando observamos o que chamamos série histórica, pegamos os dados de homicídio dos últimos 20 anos, ou mesmo na década de 90, percebemos que os picos da taxa de homicídios estão numa certa faixa de idade que vai dos 15 aos 24 anos ou dos 15 aos 29 anos, conforme o estado. É ali que concentra um pico.

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

A curva é assim, infelizmente não trouxe esses slides para vocês, mas é impressionante.

Temos que pensar o porquê nessa faixa de idade há esse pico, esse aumento brutal dos homicídios.

Outra coisa que é importante ter em mente e procurar responder, até como um alerta faço questão de trazer isso para vocês, porque sei que estou falando na Assembléia Legislativa do Estado, é que essa onda da criminalidade, esse aumento das taxas de homicídios, das taxas de criminalidade de modo geral, estão se espalhando desde as Regiões Metropolitanas, que sempre foram as regiões em que essa onda se iniciou na década de 80, elas estão se espalhando para o interior dos Estados.

Várias cidades do interior do São Paulo, por exemplo, principalmente na Região Metropolitana, várias cidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, de Belo Horizonte, etc., mas também cidades médias do interior do Estado de Minas Gerais, de São Paulo que começaram a apresentar taxas cada vez mais altas.

Isso indica que as práticas da violência, aquelas práticas que fazem com que um homem jovem deseje destruir fisicamente aquele que ele considera um inimigo seu, e lembrei-me da fala do diretor do sistema penitenciário aqui do Rio Grande do Sul, em que ele diz que não podemos tratar os prisioneiros como inimigos, porque isso seria a mesma idéia que tem esse jovem de que para se realizar como homem ele tem que destruir aquele que ele considera um inimigo seu.

Isso também faz parte dessa nova tendência, da formação desses grupos fechados, entidades fechadas, etc. que se embate entre si. Isso é muito característico das organizações juvenis, que se forem se envolver com o crime organizado, acabam transformando os jovens que participam delas em guerreiros furiosos, cuja atividade implica em desenvolver aquilo que eles chamam, lá no Rio de Janeiro, disposição para matar. Ele vão-se tornando cada vez mais cruéis, vão se

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

dessensibilizando.

É um processo educativo, entre aspas, deseducativo de fato pelo qual eles vão perdendo a sensibilidade para o sofrimento alheio.

Então, são essas as questões que estão, no meu entender, vinculadas a uma terceira questão que é como chegam as drogas e as armas no País, por que ininterruptamente, apesar de toda a repressão, elas continuam chegando, mesmo naquelas cidades, mesmos naqueles estados que não fabricam arma nenhuma, como o Rio de Janeiro, nem droga nenhuma. Como isso se dá?

Essa apresentação que trouxe para vocês é uma tentativa de responder a isso, e é por isso que, no que diz respeito a crime organizado, me concentrei no tráfico de drogas, embora o crime organizado seja uma coisa muito mais ampla, envolve o lixo, como as firmas de lixos, firmas construtoras, etc., elas fazem, montam esquemas através dos quais elas se beneficiam e são capazes também de desenvolver práticas violentas a fim de garantir os lucros que obtém através dessa forma fraudulenta, de competir no mercado para adquirir todas as concessões, os privilégios, as benesses do Estado.

A primeira coisa que temos que entender é que o tráfico de drogas não é, em absoluto, como ouvi dizer muitas vezes, uma alternativa ao trabalho, do trabalho mal pago, o trabalho do operário ou de alguém com pouca escolaridade, então que seria uma alternativa para o jovem pobre.

Acontece que o tráfico de drogas é também um empreendimento capitalista. Ele reúne capital, trabalho, mercados, promove o desenvolvimento. Promoveu o desenvolvimento da Colômbia, porque fez uma inovação tecnológica e agora parece que estão fazendo a mesma coisa no interior de São Paulo, segundo a última notícia que ouvi, cria riqueza, cria emprego, mas, ao mesmo tempo, temos que entender que práticas capitalista são essas que tem tantos efeitos adversos, tem tantos

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

efeitos negativos sobre a sociedade, sobre o próprio mercado e sobre o Estado. Sobretudo aquilo que compõe uma nação.

Não podemos esquecer que o Estado não pode ser dissociado do desenvolvimento capitalista. O Estado foi inventado, justamente, para garantir a segurança dos cidadãos. Os cidadãos abriram mão da possibilidade de vir a fazer justiça com as próprias mãos, abriram mão da possibilidade de estarem tão bem armado quanto o Estado a fim de que o circuito interminável das vinganças interpessoais que aparecem muitas vezes em algumas cidades brasileiras, nessas pequenas rixas interpessoais que explicam partes dos homicídios, afim de que esse fluxo das vinganças interpessoais fosse interrompido.

O Estado entra com uma série de práticas, com o estado de direito, é o estado de direito que nós estamos tratando e não simplesmente uma ordem hierárquica, de autoridade que permite que haja diferenças entre o que se passa nesses diversos tráficos, nessas atividades econômicas fora da norma legal em que também os jovens são exploradíssimos, e o que se passa numa empresa que procura seguir as normas trabalhistas do País. No meu entender, é isso que vai explicar por que é que alguns traficantes posicionados, melhor colocados nessas redes que se formam, que compõe essa logística através da qual as armas e as drogas atravessam fronteiras, não encontram barreiras nenhuma, elas vão atravessando e que auferem a maior parte dos lucros. Vamos ver, no final, quanto que recebe um jovem favelado no Rio de Janeiro.

Os efeitos perversos mais claros é que nos Países produtores, a agricultura da coca, da folha da coca, que aumentou muitíssimo, acabou criando uma monocultura em várias regiões. Os camponeses pararam de plantar café, tomate, feijão, etc., porque a coca dava mais.

Além disso, pior, ela cria restrição no livre comércio muito claras, porque usam da violência para criar essas restrições. Quem não está, de algum modo, ligado e submisso as regras de recrutamento, de lealdade, de adesão, etc. dessas organizações criminosas não pode

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

negociar, não pode apresentar como *free lancer*, isso está claríssimo dentro das favelas do Rio e também hoje em várias áreas dos bairros onde essas favelas estão. É perigosíssima alguém querer entrar assim sem um contato, sem a aprovação, sem aquilo que eles chamam de o conceito ou consideração do traficante.

Além do mais, isso a gente não pode dizer que foi o tráfico que inventou, mas ela acaba reforçando um cultura empresarial que, infelizmente, não é a única. Não existem culturas unas, indivisíveis, consensuais em nenhum lugar do mundo, do planeta. Até mesmo entre os índios do Xingu existem tensões, contradições, conflitos e é isso que é a marca de todas as culturas.

É por isso mesmo que sou contra a idéia de se pensar as sociedades, as culturas, os grupos como sendo entidades fechadas.

Elas reforçam uma cultura empresarial que é aquela que se baseia no ganho fácil, nos lucros extraordinários em que se apela para qualquer coisa para ganhar.

O contrário do chamado jogo limpo. No futebol também, tivemos nessa copa a oportunidade de verificar diferença entre aqueles times que, embora perdendo, jogaram limpo e aqueles times que, embora ganhando, fizeram papel feio. Achei o último jogo e a vitória final da Itália – desculpem-me os descendentes de italiano – muito feia por causa disso. Não tirando o mérito do time italiano, que é muito bom, como quase todos que participaram dessa copa. Enfim, isso significa a degradação do esporte e essa maneira de encarar a atividade empresarial em que se procura ganhar o máximo de qualquer maneira, sem respeito ao meio ambiente e às leis trabalhistas do País, também verifica-se, assim, uma mudança extremamente perigosa e danosa para o País.

Além do mais, no que se refere às leis sociais e à dinâmica social de nossas pequenas localidades, ressalto que é, lá, onde se encontram as quadrilhas de traficantes bem armadas, que dominam áreas cada vez

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

maiores das nossas cidades, ocasionando uma desagregação, porque o medo, o receio de desagradar, faz com que as pessoas se calem; faz com que as pessoas se voltem cada vez para dentro de suas casas; faz com que os pais não tenham como evitar que suas filhas sejam seduzidas, atraídas, usadas, engravidadas, por jovens que pensam que as suas atividades não possam ter nenhum tipo de limite, nem moral, nem jurídico, etc.

Isso vai adicionando elementos para que possamos finalmente falar daquilo que faz com esses homens jovens construam a sua identidade masculina de uma maneira que os encaminha cada vez mais a tomar atitudes violentas tanto em relação aos outros homens jovens, como em relação às suas parceiras. Autores ingleses chamam isso de atos de guerreiro; e os autores norte-americanos, que estudaram principalmente a dinâmica das gangues nos bairros negros e latinos nos Estados Unidos, chamaram de hipermasculinidade.

É uma literatura interessantíssima que recomendo a todos, porque vai-nos dar muita luz sobre aquilo que está acontecendo no País, e que temos que breçar. Isso significa uma reversão do processo legislativo neste País. Temos que apostar principalmente na prática do esporte, que faz com os jovens possam viver essa tensão do confronto da competição, sem que desenvolvam essa fúria, essa sina de destruir fisicamente o seu adversário.

Muito pelo contrário, se os gremistas odiassem dessa forma os jogadores do Inter, não teríamos a repetição disso, todos os anos, em todos esses jogos, nos quais todos nós nos beneficiamos, porque assistimos a jogos interessantes, bem jogados, um espetáculo bonito.

Temos que desenvolver esse sentimento, sim, e todas aquelas práticas, porque a cidadania implica também uma parte importante, que são as atitudes que temos diante das pessoas com as quais convivemos proximamente. Essas atitudes estão baseadas no que podemos chamar de civilidade.

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

Todos os projetos que foram feitos, em 2001, lá para o Rio de Janeiro, tomam a mediação, a capacidade de negociação, de conflitos, etc., como seu alvo. Isso também deveria ser pensado como algo que temos que ter para as nossas relações com aqueles que foram processados e presos por diferentes razões. Temos, sim, que negociar com os presos, e não os considerar nossos inimigos.

Obviamente que há um problema sério, pois, nesses locais, criam-se poderes extremamente tiranos, baseados no uso das armas de fogo, nessa fúria da qual estão tomados os jovens, que se tornam muito cruéis e são capazes de matar sem a menor hesitação.

Também temos que tentar dismantelar essas coisas mais concretas, como o fato de que eles têm armas que fizeram com que autores americanos considerassem esses locais, que existem em quase todas cidades americanas hoje, como a do ecologia do perigo.

São áreas que ecologicamente são perigosas, porque são onde as armas de fogo estão mais presentes. Portanto, desenvolveram toda uma política chamada de *Gun Oriented*, orientada para as armas, para que estas fossem então tomadas e diminuíssem essa adesão e fascínio que exercem sobre a mente juvenil.

Há o problema envolvendo a forma com que essas armas se espalharam pelo mundo. Não é a produção do Rio Grande do Sul que explica essa explosão da violência no Brasil. Pesquisas feitas no Rio de Janeiro estavam baseadas simplesmente nos depósitos da polícia. Acontece que muitas das armas que estão nas mãos dos traficantes jamais foram apanhadas por policiais; além do mais, muitas das armas que foram apanhadas por policiais corruptos eram apanhadas numa favela e vendidas em outra.

Tudo isso tem que ser considerado, além do fato de que os depósitos das Forças Armadas, o depósito das Polícias Militares, também sempre foram uma fonte para o aumento das armas em circulação, na

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

medida em que eram roubadas, furtadas, ou até mesmo vendidas por membros dessas corporações.

Há uma pesquisa realizada pelo IECs, no Rio de Janeiro, que indica que a idade de ingresso no tráfico é muito baixa. Ela está baixando ainda mais. Hoje, há mais traficantes menores integrando quadrilhas do que mais velhos. A renda mensal foi calculada entre 600 e 1 mil reais para um olheiro. Os dados que possuo em relação às minhas entrevistas, e não fiz uma pesquisa quantitativa, indicam que, em alguns locais, recebem menos do que isso, com exceção do dono da boca, que recebe muito mais do que consta aqui. Há gerentes que recebem mais ainda.

Há dados que demonstram como que o aumento da taxa de homicídios se deu nessa faixa de idade que mencionei anteriormente a vocês. Se formos considerar as faixas acima dos 30 anos, a taxa de homicídio não mudou. Isso indica que aqueles elementos constitutivos da pretensão de praticar homicídio entre homens, que se relacionam com rixas, questões de família, amorosas, etc., não se modificaram.

A taxa, a proporção, permanece a mesma, mas, entre os homens jovens, aumentou extraordinariamente, como todos podem observar a partir desses dados levantados nessas pesquisas em relação à criminalidade. Só para terem uma idéia, em Cuiabá, era de 2,1 por 100 mil habitantes; hoje, está 107 por 100 mil, nessa faixa de idade que mencionei para vocês. Em Recife, era de 22,4; e, hoje, estaria entre 142,7. No Rio de Janeiro, esse índice já era alto em 1980 e ainda dobrou.

Essa é a diferença entre exatamente aquilo que eu acabei de relatar a vocês, pois, no total da população, incluem-se esses jovens. Não há tanta diferença assim no coeficiente na taxa. Já entre os jovens, só na década de 90, verificamos esse aumento contínuo. Além do mais, os homens jovens participam como vítimas em 93% dos casos homicídio. Todos os pesquisadores são unânimes em dizer que não são apenas vítimas, mas também os autores desses homicídios.

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

Além do mais, para reforçar essa idéia de que temos de ter políticas orientadas para as armas de fogo, não aquelas de acabar com a comercialização ou com a produção das armas, porque podem ser utilizadas de outras maneiras. Mas temos de ter uma política orientada, para a retomada dessas armas nesses locais em que meninos, adolescentes se vêem num meio, que estimula a criação de todas essas exposições essas atitudes. E o desenvolvimento dessa insensibilidade ao sofrimento alheio e esse desejo da destruição de alguém, que passa a ver o outro como inimigo – o competidor como inimigo.

Aqui está o coeficiente de mortalidade por armas. Vemos que esse coeficiente tem aumentado, ou seja a maior parte de homicídio, realmente, está sendo praticado com arma de fogo.

Para terminar, gostaria de lembrar a vocês que temos de levar em consideração que há grupos e grupos.

Na verdade, quando falamos em grupo pensamos, incluímos como sendo grupos, aquilo que não pode ser classificado como grupo do ponto de vista da teoria sociológica. Quase são grupos, na verdade, redes sociais de pessoas que se conhecem, que vão jogar futebol juntos, vão ao bar juntos, mas são importantíssimos em toda a sociabilidade, que existe nas camadas populares no Brasil.

E a forma pela qual se dá o desenvolvimento dessa sociabilidade é muito diferente da maneira pela qual as organizações criminosas recrutam seus membros, socializam os seus membros para as práticas criminosas e para essas, que se baseiam na crueldade na insensibilidade em relação ao sofrimento alheio.

Fabricam a lealdade e a adesão internas muito diferente da máfia italiana. Aqui eles tem problemas muito maiores, porque na máfia italiana os laços de sangue servem para cimentar a lealdade. Eles não têm tantos problemas assim em garantir, aqui, no Brasil, não. Aqui, no Brasil, digamos, o temor de ser executado ou ser punido de uma forma violenta

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

e também a ilusão de que dentro da quadrilha ha proteção jurídica, econômica etc. faz com que os jovens se vejam cada vez mais atraídos para fazer parte das quadrilhas que existem.

Creio que também funciona dessa maneira dentro das prisões. Não estudei as prisões, estudei o que acontece dentro da favelas do Rio de Janeiro. Alguns grupos como esses do crime organizado são extremamente tirânicos na sua organização. Embora possam se proclamar como defensores dos interesses das demandas da população local, dos prisioneiros, estão muito longe de terem como sua principal atividade isto. Pelo menos no que se refere ao PCC, porque o Comando Vermelho posso garantir que não. Porque na verdade a sua atividade principal é de um negócio ilegal, extremamente lucrativo, que faz com que alguns deles se sintam todos poderosos, que podem submeter não só seus comparsas, mas agora muito clara mente, cada vez mais claramente, o Estado e a sociedades existentes nesses Estados. Muito obrigada pela atenção de vocês.

**A SRA. COORDENADORA** (Miriam Balestro Floriano) – Agradecemos às contribuições da professora Alba. Seguramente, o seu diagnóstico, a sua análise antropológica sobre as questões que envolvem o tráfico muito contribuem para uma análise mais eficiente sobre a ótica da segurança pública.

As perguntas serão formuladas por escrito de forma identificada e serão entregues em bloco ao final. Peço que identifiquem o palestrante, a quem é dirigida a pergunta. O nosso próximo expositor é Benedito Domingos Mariano, sociólogo, ex-secretário municipal de segurança urbana de São Paulo, ex-ouvidor da polícia do Estado de São Paulo, secretário de gestão estratégica da prefeitura de Osasco, e ex-presidente do Conselho Nacional das Guardas Municipais e é mestre em Ciências Sociais.

É um prazer tê-lo conosco.

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
**DATA: 12-07-2006 – TARDE**

### **SEM REVISÃO**

**O SR. BENEDITO DOMINGOS MARIANO** – Boa-tarde a todos. Quero, na pessoa da Dra. Miriam, agradecer pelo convite e poder dividir a Mesa com o companheiro Pedro, de longa caminhada por uma sociedade civil, pelos direitos humanos. Atividade incansável, agora no governo federal, para estabelecer no Brasil uma política nacional de direitos humanos.

É um privilégio dividir a Mesa com a professora Alba Zaluar, que conheço por livros. A professora Alba fez um diagnóstico amplo sobre a estrutura de uma das modalidades do crime organizado, que é o tráfico de drogas.

Vou tentar aqui dialogar sobre um outro enfoque, que é mais do papel das agências públicas de segurança pública; se dão conta, ou não, de combater com eficiência a criminalidade comum e a organizada.

Parto do pressuposto e concordo com a avaliação feita pelo coordenador da Mesa, que talvez a segurança pública seja o pior serviço prestado no Brasil.

Estamos devendo muito, nós governo, nós Estado, para a população no que tange à segurança pública. Acredito que uma das referências desse mau serviço é que o sistema, o modelo de segurança pública no Brasil está esgotado e não houve ainda decisão e vontade política na transição democrática para criar um modelo novo. Então, temos um modelo idealizado, criado no Brasil Império, fortalecido nos períodos ditatoriais da República e, em especial, nos períodos Vargas e no Militar e que a transição democrática não mudou nenhuma vírgula, do ponto de vista da estrutura do sistema da segurança pública.

Estamos no séc. XXI, no processo já de décadas de transição democrática em vários setores, e a transição democrática não passou pela polícia. A transição democrática não passou pelo setor de segurança

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

pública. Tendo isso como pressuposto, quero discutir o tema violência e criminalidade sob três pontos de vista. Primeiro, o ponto de vista da necessidade urgente de o sistema de segurança pública incluir outro agente no enfrentamento da violência e da criminalidade, que vem surgindo, nos últimos dez anos, com mais força, mas que, institucionalmente, não está incluído, que são os Municípios. Quer dizer, o poder local tem um papel importantíssimo na prevenção da violência. Mais: diria que muito mais com o esforço individual de alguns prefeitos do que de uma política nacional organizada de inclusão dos Municípios no sistema de segurança.

Um exemplo é o Fundo Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça, que foi criado fundamentalmente para repassar dinheiro da União para os Estados, mas que não tem clara a contribuição para os Municípios. Lembro que, nos dois primeiros anos do governo Lula, um grupo de associações, como a Frente Nacional de Prefeitos, a Associação Nacional de Prefeitos e alguns secretários municipais de segurança, propôs ao governo federal que destinasse de 20 a 30% dos recursos do fundo exclusivamente aos Municípios que apresentassem programas, projetos locais de prevenção à violência e à criminalidade. Houve ano em que a contribuição do Ministério da Justiça aos Municípios, através do fundo, foi de 2%; outro ano, 5%, 10%, mas efetivamente nunca se atingiu os 20 ou 30%.

O repasse aos Municípios tem uma dimensão diferente daquele feito aos Estados. Normalmente, o que se repassa aos Estados é para comprar viaturas, armamentos, enquanto que os recursos aos Municípios muitas vezes servem para políticas mais amplas, matriciais, envolvendo também secretarias sociais, em programas de prevenção. Então, o aspecto de incluir institucionalmente os Municípios no sistema de segurança é fundamental.

Outro aspecto da inclusão dos Municípios se dá onde há guardas municipais. Você pode repassar recursos para projetos gerais preventivos de combate à violência e à criminalidade sem ter uma agência municipal

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

de polícia e um outro programa específico para agências policiais municipais.

As guardas municipais são uma realidade há décadas no Brasil, em especial desde 1988, com a nova Constituição, que estabeleceu a possibilidade de os Municípios criarem agentes para cuidar do patrimônio e de logradouros públicos municipais. Hoje, temos mais de 60 mil guardas municipais espalhados no Brasil, que são polícias de fato, mas não são de direito.

É fundamental estabelecer a inclusão das guardas municipais como polícias de direito, porque elas podem trazer para o sistema uma contribuição que as polícias estaduais e, mesmo, as polícias da União – a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal – deram muito pouco, que é a prevenção. As guardas, por atuarem em um território muito específico, muito próximo da população e até pela limitação constitucional que têm hoje, cotidianamente passaram a fazer um trabalho mais preventivo que repressivo.

Então, é preciso institucionalizar as guardas municipais, como polícias municipais preventivas e comunitárias. Contudo, é necessário estabelecer com clareza as atribuições dessa polícia local, para não criarmos uma mini PM. Já temos de fazer um esforço cotidiano para desmilitarizar o policiamento ostensivo estadual, não queremos que ele se repita nos Municípios. Mas, insisto, é fundamental trabalharmos para regulamentar as guardas.

A professora Alba citou os atentados do PCC, em São Paulo, quando vários guardas municipais foram mortos como policiais. Ao serem mortos pelo crime organizado, os guardas municipais são polícias, mas sem ser reconhecidos como tal.

Está na hora de o Congresso Nacional reconhecer essa força policial que dá uma contribuição muito importante, mesmo estando à margem do sistema de segurança pública.

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

Do ponto de vista das reformas das polícias estaduais, acho que todos têm compreensão que o nosso sistema é centralizado nos Estados federais, ou seja, 95% a 97% do efetivo policial brasileiro está localizado nos Estados federados e no Distrito Federal, somando quase 600 mil policiais estaduais, 450 mil policiais militares e cerca de 150 mil policiais civis.

A União não conta com mais de 20 mil polícias, aí somados os federais e os da polícia rodoviária federal. Os Municípios, apesar de contarem com 60 mil guardas municipais, estão fora do sistema.

Pois bem, pensar em reforma no sistema de segurança pública requer pensar em reforma nas polícias estaduais, civil e militar. Quero citar algumas reformas estruturais que acho fundamentais ocorrerem nas duas polícias, principalmente para estabelecer a cultura gradativa de uma polícia pró-ativa e não reativa.

As nossas polícias foram treinadas culturalmente para reprimir o crime e não para preveni-lo. O Brasil é campeão por ter uma polícia que chega depois, não antes do crime. Sempre atrasada, correndo atrás do prejuízo e sempre de maneira reativa.

Nessa reação, muitas vezes ela repete a violência, quando aumenta a violência letal, sobretudo cometida por policiais militares. O aumento de violência letal é seguido, efetivamente, de abuso de autoridade e de mortes de inocentes.

Talvez tenhamos alguns Estados mais violentos. Nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, especialmente esse último que tenho mais dados, é a polícia que mais mata no mundo; e isso não diminuiu a ação dos criminosos, sobretudo a do crime organizado como temos visto ultimamente.

As nossas polícias precisam aprender a fazer prevenção. Grande

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

parte da criminalidade comum se combate com eficiência, prevenção e não com repressão. A repressão tem que ser para aquele setor mais organizado, aquele setor que tem que ter uma repressão permanente e deve ser seguida de uma análise de inteligência, o que muitas vezes não é feito.

Sabemos que não combateremos a estrutura que a professora Alba mostrou, a do tráfico de drogas e outras modalidades do crime organizado sem inteligência organizada.

Infelizmente quando se fala em inteligência policial, no Brasil, ainda lembramos da inteligência que era feita para bisbilhotar partidos políticos, movimentos sociais, populares, sindicais, a inteligência da ditadura, do arbítrio, a que não queremos.

Foi muito importante que esse tipo de inteligência policial tenha sido extinta. Mas a transição democrática tem o dever de criar uma inteligência policial legalista para atuar contra o crime organizado.

Em todo o mundo as polícias organizadas têm um grupo efetivo permanente de inteligência policial. Temos necessidade de criar esse grupo sob pena de não termos condições de enfrentar de maneira eficiente o crime organizado.

Diria que algumas propostas de reformas – já estive pelo menos umas 10 vezes aqui no Rio Grande do Sul – são de 10 anos atrás. Realmente, como disse o nosso coordenador, é muito difícil mudar as estruturas policiais porque elas estão enraizadas há muito tempo e há interesses que trabalham para que essas alterações não sejam feitas.

Quero citar umas cinco ou seis alterações, que considero importantes para melhorar a eficiência das agências públicas de segurança no enfrentamento da violência e da criminalidade:

A primeira é a criação de um órgão corregedor unificado,

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

autônomo e independente das direções policiais. Nós não vamos combater com eficiência o grande crime sem inibir a participação de policiais no envolvimento com o crime organizado. Isso só se dá com uma corregedoria, efetivamente, independente e autônoma para atuar, independente de posto, cargo ou patente que o agente tem no Estado ou na instituição.

Não deve ser uma corregedoria que somente olhe para a base da polícia e a reprima como muitas vezes vimos na corregedoria das polícias militares, que têm uma visão bastante firme para reprimir a base: o soldado, o cabo e o sargento, mas sem o mesmo olhar crítico para reprimir o setor intermediário ou superior da polícia.

Por isso que deve haver a autonomia e independência das direções; e isso serve para a polícia civil poder apurar eventuais irregularidades cometidas por carcereiros, investigadores, delegados iniciantes e delegados que estão no último posto, primeira classe ou classe especial.

Deve haver órgãos corregedores independentes nas polícias estaduais e federal, porque não dá para pensar em política e propor para os Estados se o governo federal não tem a coragem de criar órgãos autônomos também para a sua polícia.

Deve haver mudança dos regulamentos disciplinares das PMs e das leis orgânicas das polícias civis estabelecendo novos códigos de conduta.

Aqui, no Rio Grande do Sul, participei de um grupo com policiais que criaram um novo regulamento disciplinar para a Brigada Militar, que não se alterava há mais de 200 anos. Infelizmente, depois que mudou o governo, parece que alguns pontos absurdos do regulamento anterior voltaram como, por exemplo, prender policiais sem ter cometido algum crime.

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

Os policiais militares são os únicos agentes do Estado que são presos internamente sem ter cometido crime algum. Na maioria dos regulamentos esse item ainda consta, o que é um absurdo.

Os regulamentos das PMs se preocupam muito mais com o policial dentro do quartel do que na rua, quando está em contato com o cidadão. Precisamos de um código de conduta moderno, que estabeleça o acompanhamento do policial, mas, sobretudo, quando ele está na atividade de polícia, não quando ele volta para unidade e para as relações internas da instituição.

Proibição efetiva da participação de policias em empresas privadas de segurança, o que é uma vergonha nacional: a participação dos policias da ativa, civis e militares, em empresas privadas de segurança como donos ou sócios.

As leis orgânicas e os regulamentos disciplinares não têm firmeza na proibição dessa atividade. O que acaba criando a possibilidade de policiais, senão diretamente, usando mulher, tia ou avó. Há muitos parentes de policiais especialistas em segurança neste País. É uma loucura.

O policial que está na ativa e tem uma empresa privada de segurança quer que a segurança fique cada vez pior, porque ele visa lucro. Muitas vezes usa a lógica da sua instituição para a eventual participação de policiais na sua empresa privada.

Então, a discussão de empresa privada de segurança, no que tange à participação do agente de Estado é fundamental a sua proibição pois isso é diferente do bico para complementação salarial. Esse é um bico institucional perverso porque usa da referência de agente do Estado para se viabilizar na iniciativa privada.

Fortalecimento das ouvidorias de polícia estabelecendo autonomia, dependência e poder de investigação para as ouvidorias nos

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

casos exemplares. Esse é um debate que vem sendo feito em vários Estados que hoje conta com ouvidorias de polícia, que é uma espécie de um controle social da atividade policial.

Mudanças nos regulamentos do inquérito policial. Criado – não sei se todos sabem –, no Brasil, em 1871, sua estrutura é exatamente igual desde lá até os dias de hoje. Esse instituto burocratizou a atividade da Polícia Civil.

Não estamos aqui propondo a extinção do inquérito porque o nome não importa, mas mudar efetivamente o poder de indiciamento, por exemplo, que hoje a Polícia Civil tem. Muitas vezes, essa burocratização da atividade judiciária da polícia impede que ela faça a sua função primordial, que é a investigação, porque transforma a delegacia num espaço burocrático de pouca atividade efetiva policial. E os resultados da polícia judiciária nos Estados de casos resolvidos a partir de denúncias ou comunicado de crime de inquérito policial é muito pequeno.

Formação de um grupo permanente de inteligência policial integrado pela Polícia Federal, Polícia Militar, Polícia Civil e, quando possível, por guardas-civis para diagnosticar, mapear e subsidiar a ação de enfrentamento do crime organizado.

Se na Ditadura foi possível criar órgãos de inteligência, a democracia tem o direito, nos seus limites evidentemente de criar urgentemente órgãos de inteligência para coibir o crime.

Estabelecer um piso mínimo nacional e um teto máximo para as polícias estaduais que concentram 95% dos agentes de segurança. É possível. No Brasil, há um piso mínimo para promotor público e para juiz. Por que não podemos ter um piso mínimo para policiais independente do Estado, seja no Acre, no Piauí, em São Paulo, em Rio Grande, no Norte ou no Nordeste, deve haver uma referência mínima para essa função essencial.

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

No Brasil, há policiais que iniciam com 3 ou 4 mil reais e policiais que iniciam com 300 ou 400 reais.

Essa era uma questão importante que estava no programa e já vem sendo debatido há muito tempo, mas que, infelizmente, o Congresso Nacional, os governos estaduais e o governo federal não trouxe para o debate, para a agenda política o estabelecimento desse piso mínimo para valorizar a atividade policial.

Desmilitarização do policiamento ostensivo para que tenha um caráter mais preventivo do que repressivo.

As nossas policias militares ainda estão muito amarradas com regras e estruturas do Exército Nacional criadas no período de exceção e que a transição não alterou, como decretos-lei e decretos que ainda estão vigentes e que estabelecem uma certa cultura interna nas PMs.

Por último, é preciso colocar a segurança pública na agenda de prioridade de Estado. Como disse aqui o promotor quando fala de prioridade de Estado, quer dizer, prioridade de governo. Talvez, o que possa simbolizar mais o envolvimento do governo federal com a segurança pública seja a criação do ministério específico de segurança pública, que venho defendendo há algum tempo.

Hoje, a política de segurança pública, de uma certa forma, não claramente, é desenvolvida pelo Ministério da Justiça, por uma secretaria nacional, que é um órgão que está co-patrocinando esse evento, que não comanda a polícia da União. Então, existe uma Secretaria Nacional de Segurança Pública, mas a Polícia Federal não tem nenhuma vinculação com a Secretaria Nacional.

É necessário que se tenha um órgão gestor da nacional que coordene a Polícia Federal e estabeleça uma articulação permanente com os Estados, com os governadores, com as Secretarias Estaduais de Segurança para estabelecermos na transição porque, na ditadura, já

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

vimos o que ocorreu, mas na transição democrática uma política nacional de segurança pública pró-ativa, que ainda não temos. Ou criamos uma política nacional de segurança pública, reformamos as polícias, ampliamos a participação principalmente dos Municípios que a partir desses é o agente público onde a possibilidade da participação da sociedade é muito maior no poder local, com comissões civis, comunitárias de segurança, ou reformamos as policias e assumimos uma agenda política nacional.

Acredito que o órgão gestor de primeiro escalão poderia simbolizar que o governo federal e que a União pensem em repensar a política de segurança pública ou continuamos contando os mortos, que não poucos. Entre os mortos que não são poucos, a maioria entre 15 anos a 24 anos, também mortes de policiais civis, estaduais e municipais, e militares por ações do crime organizado.

Está na hora da transição democrática colocar como bandeira de prioridade a segurança pública. O que se precisa decisão e vontade política para estabelecer essas metas novas e incluir a segurança pública para os desafios para fortalecer a democracia no Brasil. Obrigado.

**A SRA. COORDENADORA** (Miriam Balestro Floriano) – Agradecemos ao Dr. Benedito, com certeza, as suas propostas no âmbito, da segurança pública merecem a sua maior atenção pela sua longa experiência e principalmente pelo seu compromisso com a realização da segurança pública.

A polícia do Rio de Janeiro mata mais pessoas do que a polícia de todos os estados norte-americanos juntos.

**A SRA. PARTICIPANTE** – A polícia do Rio de Janeiro agora.

SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE

**SEM REVISÃO**

**A SRA. COORDENADORA** (Miriam Balestro Floriano) – Certo. Esse dado é bem recente.

Não queremos, enquanto sociedade – penso – aqueles maus policiais que praticam tortura, que queimam alimentos pagos pelo Estado, que queimam a merenda escolar de crianças, livros e materiais didáticos de movimentos sociais como linha e forma de atuação.

É preciso que se repense a segurança pública como uma política e não apenas com a ótica do direito penal e – quem sabe – até sob a ótica do direito penal do inimigo, que vem sendo longamente e veementemente combatida na Europa pelo seu grau de antidemocracia e não reconhecimento da humanidade do delinqüente e do seu entorno.

Agora, escutaremos um bloco de relatos de experiências de pessoas que vivenciaram insegurança nesta área da segurança pública.

(Procede-se à apresentação por *datashow*.)

**O SR. DEPOENTE** – Quero relatar a experiência vivida em nossa cidade de Alvorada, onde vivemos o caos e o desespero. Tivemos neste semestre 54 mortes por bala. É praticamente uma chacina a cada mês.

Relato em particular a experiência infelizmente vivenciada pela minha família, que, neste semestre, já perdeu três membros. O meu irmão foi assassinado por assalto, trabalhando no seu supermercado, no dia 5 de janeiro. O meu primo, ontem – está sendo enterrado hoje –, morreu por um assalto, com cinco balas.

Meu outro quase primo, porque as famílias Carboni e Pavan se entrelaçam, morreu dia 11, com uma bala no peito em um assalto.

Essa situação é insustentável, nossos governantes deverão, na

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

próxima eleição, priorizar essa questão de uma forma muito clara, muito específica e terão que direcionar recursos para que saíamos dessa situação de insustentação, que são os cidadãos vivendo nesse regime de medo e de insegurança.

**A SRA. COORDENADORA** (Miriam Balestro Floriano) – Ouviremos outro depoimento.

**A SRA. DEPOENTE** – Agradeço a oportunidade de estar aqui para pedir ajuda a todas as autoridades, porque meu filho, no dia 21 de abril, desapareceu. Ele trabalhava na Siemens VDO, na GM, e iria completar três anos de trabalhos prestados àquela empresa.

Ele ficou 37 dias desaparecido, sendo procurado por nós. Nós o encontramos no dia 27 de maio, num estado horrível. A perícia diz que ele foi torturado, que ficou todos esses dias sem comer, sem beber, com doze punhaladas.

Estou pedindo ajuda, não só para mim, mas para todas as mães que tiveram esse tipo de experiência, com esse tipo de crime. Que o caso do Perivaldo Jacob não fique impune.

Peço que a Justiça me ajude, que nós possamos prender os que fizeram isso, porque não posso acreditar, até agora, que mataram o meu filho. Era meu companheiro, meu amigo e um homem trabalhador. Ele não merecia e, até agora, as autoridades não me disseram nada, apenas que estão investigando.

Sou moradora de Gravataí e quero justiça, quero que encontrem quem matou meu filho. Sei que as autoridades estão fazendo por todas nós, mães desesperadas e eu, Helena, quero pedir que vocês me ajudem a fazer justiça, que coloquem na cadeia aqueles que mataram o meu filho. Muito obrigada.

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
**DATA: 12-07-2006 – TARDE**

**SEM REVISÃO**

**A SRA. COORDENADORA** (Miriam Balestro Floriano) –  
Ouviremos outro depoimento.

**A SRA. DEPOENTE** – Maria Mulher é uma organização de mulheres negras que está situada na região da Cruzeiro do Sul, onde atende mulheres vítimas de violência doméstica.

A relação dessas mulheres com a segurança pública e mais precisamente com a polícia vem sofrendo transformações no decorrer dos anos.

Antigamente, quando a mulher era vítima de violência doméstica, ao se dirigir à polícia civil, sequer eles faziam o registro da ocorrência policial, não queriam simplesmente registrar tal ocorrência.

Hoje, nós já temos uma delegacia especializada da mulher, que trabalha toda essa especificidade, registrando os boletins de ocorrências e também produzindo os inquéritos policiais. Já é um avanço, no entanto, ainda temos alguns problemas. Os problemas ocorrem, quando o agressor é homem branco ou é homem negro.

Quando o agressor é homem branco, o inquérito se arrasta com um pouco mais de tempo, a polícia não vai de imediato à casa para prendê-lo em flagrante, quando for o caso, o que difere do agressor negro.

Quando o homem é negro, de imediato, registrando a ocorrência, a polícia se dirige à residência, produzindo, então, a prisão desse agressor.

Nós entendemos de Maria Mulher que sim, é esse o procedimento que deve ocorrer, mas deve ocorrer não pela cor da pele da

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

peessoa e sim pelo fato em si, ou seja, tanto homens brancos quanto homens negros, quando praticarem essa agressão, essa violência, devem ser tratados da mesma forma, sendo presos, quando necessário, e de imediato.

No programa SOS Racismo, que é um programa onde Maria Mulher também atua, atendemos vítimas de discriminação racial e também identificamos que em muitos casos que envolvem a relação da polícia, da Brigada Militar e da polícia civil as vítimas acabam também sendo agredidas pela polícia e sofrendo escoriações de vários tipos.

Com relação à raça negra, os homens negros ainda têm um número maior de mortalidade pela polícia em nosso Estado. Homens na faixa etária entre 16 e 25 anos são mortos em maior quantidade pela polícia do que homens brancos.

**A SRA. COORDENADORA** (Miriam Balestro Floriano) – O nosso próximo palestrante é o Dr. Pedro Montenegro. O Dr. Pedro Montenegro é Chefe da Ouvidoria-Geral da Cidadania e Coordenador-Geral da Comissão Permanente de Combate à Tortura e à Violência Institucional da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

Dr. Pedro Montenegro, é uma satisfação imensa tê-lo conosco. O senhor dispõe de trinta minutos para fazer suas considerações.

**O SR. PEDRO MONTENEGRO** – Boa-tarde a todas e a todos. Em primeiro lugar, mais do que palavras protocolares de agradecimento à Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, quero falar da minha honra de estar neste evento.

Mais uma vez, esta Comissão, que completa 25 anos, que para

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

nós, militantes de direitos humanos, sempre foi um farol, uma vanguarda nas inovações, nas proposições e no debate acerca desse tema, ainda mais dividindo esta Mesa com a professora Alba, que, com sua competência intelectual, bem como sua paixão por essa temática, dedicação e rigor acadêmico, colabora e contribui para que possamos, de maneira racional e científica, estar refletindo sobre essa temática tão dura e tão difícil no nosso País.

Também é uma honra dividir esta Mesa com o meu amigo e companheiro Mariano. Quando falamos que somos companheiros de longa data dá uma dor, porque percebemos que todos nós estamos envelhecendo, mas sem perder a capacidade – o que é melhor de tudo, embora os cabelos estejam indo embora – de se indignar perante a Justiça.

E também me sinto honrado pelo fato de mediar esta Mesa a Dra. Miriam, que é do Ministério Público, da Promotoria de Direitos Humanos, o que merece um registro, um louvor ao Estado do Rio Grande do Sul, por ter uma promotoria especializada nessa área e com uma atuação tão importante para a proteção efetiva dos direitos humanos. E oxalá que essa experiência se espalhe e contamine, no bom sentido, os Ministérios Públicos dos Estados do nosso grande País.

Por isso, neste momento, quero registrar as razões da minha honra de estar aqui nesta tarde refletindo sobre esse tema.

Feito esse registro inicial, é preciso dizer, em homenagem ao que disse alguém da Mesa anterior, que o primeiro compromisso que temos que dizer é o da verdade. É um compromisso aparentemente simples, mas muito difícil, ainda mais no mundo da política. E não se pode discutir segurança pública, violência e criminalidade, sem discutir a política, porque são políticas públicas, e não se pode separar aquilo que está de maneira indissociável, junto, imbricado.

Pediram-me, e aqui me permite Patrícia, Secretária da Comissão,

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

que colocasse um recorte de direitos humanos nessa temática. Eu não quero colocar o recorte, porque acho que um grande mal das ciências foi o grande paradigma do século passado, e ainda é do nosso século, que é justamente a fragmentação, a dissociação dos saberes, a divisão e a hiperespecialização. Talvez a ciência que mais demonstre de maneira característica essa questão é a medicina.

Nós temos médicos especialistas até em doenças do dedo mindinho e do dedo mindinho, mais adiante, teremos da mão direita. Se for da mão esquerda não, aí você terá de procurar outro especialista.

Por isso sou contra a hiperespecialização e, portanto, não vou colocar um recorte. O que quero provocativamente fazer aqui, que o grande pensador Edgar Morin falou, é religar os saberes. Religar o tema dos direitos humanos com o tema da segurança pública, com a sociologia, o direito, a filosofia, a antropologia, a psicologia e a semiótica dentro dessa lógica.

Preciso dizer que falo da ótica de um militante de direitos humanos. E é importante dizer que um militante de direitos humanos, na época em que muitos renunciam seus ideais, seus princípios, suas convicções políticas e ideológicas, precisa reafirmar isso. Uma das coisas que mais me orgulho não é estar hoje na Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, chefiando a Ouvidoria, mas o que mais me orgulho e faz com que me considere um bom sujeito é ser um militante de direitos humanos. E, para ser um militante de direitos humanos – está aqui um grande militante, meu amigo e companheiro, Ricardo –, não precisamos ser carrancudos, nem ficar com a cara amarrada e de mal humor o tempo inteiro, por que tratamos de temas tão sérios, não é necessário isso.

Falo sob essa ótica, porque todos nós, independente do óculos que uso, que, se tirar, não vou ver nem o Ricardo que está próximo, em razão da minha miopia. Todos nós temos o nosso óculos da ideologia, não precisa ser filiado a partido político, mas à ideologia da sua religião,

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

da sua educação, da sua família, de onde você veio, do grupo social que você vive, da sua classe, da sua cor de pele, do seu sexo e da sua orientação sexual. Todos nós temos ideologia e eu não posso, ao entrar nesse átrio tão belo, passar por um detector que retira a minha ideologia, para vir falar aqui sem ideologia.

Falo aqui a partir de uma ideologia de um militante de direitos humanos e quero deixar clara essa perspectiva. E, se tem uma ideologia, tem que ter um conhecimento. Para mim, não é qualquer conhecimento que serve para falar desses temas de violência e criminalidade a partir dessa perspectiva da defesa da dignidade da pessoa humana.

Se há essa indicação de uma militância, de um compromisso político com esse tema, significa que esse conhecimento não é um conhecimento neutro. Alguém, um grande pensador de direito, escreveu a teoria pura do direito.

Penso que a hora é a de escrever a teoria suja do direito. Suja, porque contaminada com sangue dessas vítimas, dessa barbárie que é a violência e criminalidade do Brasil. Deve ser um conhecimento profundamente apaixonado por essas vítimas, quer ela use farda ou não, quer essas vítimas estejam presas ou soltas, quer sejam ricas ou pobres, mas que sejam humanas, e, por serem humanas, guardam uma dignidade absolutamente singular.

É preciso um conhecimento apaixonado por essa dignidade, um conhecimento que não separa aquilo que não pode ser separado. E, às vezes, nós tendemos a entender de maneira pejorativa, quando alguém fala que tem um problema complexo, devemos entender que é um problema que não pode ser resolvido, algo que nos leva a uma paralisia, à impossibilidade de se pensar e de se construir uma alternativa para aquela complexidade.

Quando uso na minha fala a palavra complexidade, quero falar da impossibilidade de desassociar, de separar aquilo – como diz o sentido

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

literal da palavra complexo, que vem do complexo – que está tecido junto por uma rede de fios, de relações que são interdependentes, que são interativas e que são inter-retroativas.

Trata-se de um conhecimento, por essas razões, que se compromete com o princípio fundamental da nossa Constituição, que é o princípio da dignidade da pessoa humana, ou seja, de todos os seres humanos.

Ao definir a ótica que falo, ao me referir ao conhecimento que estou utilizando, é preciso construir aqui pedagogias para isso. E aqui ousei falar na frente do meu amigo Ricardo, um grande psicopedagogo. Entretanto, algumas pedagogias são parciais. É preciso, talvez, várias pedagogias e ousei aqui sugerir algumas pedagogias, para que possamos começar a mergulhar.

Vou usar uma expressão cara também aos antropólogos: permita-me também a ousadia, professora Alba, de fazer um mergulho antropológico nessa realidade tão difícil e tão dramática do nosso País.

A primeira pedagogia é a do assombro em que entra a força da banalidade do mal que pode ser traduzida nos relatos que ouvimos ontem e hoje aqui. Pode ainda ser traduzida com as imagens da televisão do que vimos em Araraquara, com a morte dos policiais, guardas municipais e agente penitenciário no Estado de São Paulo, com o desperdício da alimentação pública de sem-terras, que foram violentamente perseguidos no Estado do Rio Grande do Sul. Enfim, há exemplos – para usar uma expressão da realidade – dessa banalidade do mal, dessa gratuidade do mal.

Então, temos em primeiro lugar a pedagogia do assombro para achar que isso não é natural, que nem sempre foi assim, que nem será assim e que se pode alterar isso, mas essa pedagogia é imperfeita, incompleta e precisa de outras pedagogias. É preciso também, diante dessa realidade do assombro, da constatação da banalidade do mal, ter

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

uma outra pedagogia: a pedagogia da indignação.

O assombro e o despertar da realidade são importantes, mas é preciso ter capacidade de se indignar. Dizia o velho, bom e atual Ernesto Guevara que a qualidade mais bonita de um revolucionário é manter sua capacidade de se indignar. A pedagogia da indignação é uma ferramenta fundamental para que, diante do assombro, a pessoa se indigne.

Mesmo assim essas duas pedagogias são ainda insuficientes e ilimitadas para encontrar chaves e pistas para entender a realidade atual. O assombro e a indignação por si sós seriam insuficientes, não bastariam, se não fosse agregada a elas uma terceira pedagogia: a pedagogia do compromisso.

Eu me assombrei, eu me indignei e preciso então dar um passo, preciso me comprometer. É preciso romper essa indiferença. Um autor consagrado escreveu um livro sobre as doenças nas categorias que sabemos que há no nosso século. Além da neurose e da psicose, precisamos criar uma outra categoria que é a da normose. São as pessoas que acham que tudo é natural; acham absolutamente natural que haja crianças na rua, que haja opressão contra as mulheres, que haja discriminação contra os negros e homossexuais, que haja tortura a presos, que haja perseguição a militantes de movimentos sociais. Então, normose é a aceitação de tudo como absolutamente natural.

Antonio Gramsci deve ser lido com muito compromisso, porque muito do que ele escreveu, escreveu com o próprio sangue quando estava nos cárceres fascistas da Itália. Ele dizia que indiferença é o parasitismo, é a covardia. Não é vida. Por isso odiava os indiferentes. Dizia que a indiferença é o peso morto da história, é a bala de chumbo para o inovador, é a matéria inerte em que se afagam frequentemente os entusiasmos mais esplendorosos.

Então, é preciso a pedagogia do compromisso para romper, ultrapassar, superar a indiferença, mas também é preciso mais uma

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

pedagogia essencial, fundamental e complementar às outras a que me referi: a pedagogia da rebeldia. A rebeldia geralmente é malvista na nossa sociedade, mas, quando falo em rebeldia, ou posso falar também na pedagogia dos bufões, que são aqueles que, profeticamente, em todas as épocas da história, denunciam aquilo que é tido como uma verdade absoluta, como algo sobre o qual não pode haver nenhum questionamento, nenhuma dúvida ou discordância.

Um pedagogo bufão é um menino do conto de Andersen. Diante da unanimidade, da beleza, da majestade das novas vestes do rei, ele aponta de cima da árvore e diz: o rei está nu.

Então, a pedagogia da rebeldia, muitas vezes, é importante para destruir conceitos fáceis como alguém falou de maneira apressada que é o fim da história. O padrão de acumulação capitalista que vivemos no mundo inteiro é o último estágio da civilização humana, é o fim das ideologias, é o fim das possibilidades de transformação, é o fim das utopias generosas. Portanto é preciso haver a pedagogia do bufão para apontar com o dedo e dizer que o rei está nu. Também pode ser a rainha está nua.

Por fim, ainda nessa busca do encontro das pedagogias que possam nos auxiliar a entender e a desvelar a crueldade e os mecanismos que permanecem graves no quadro da violência e da criminalidade do nosso País, é a pedagogia da libertação.

Essa pedagogia convida, como diz o professor Paulo Freire, a todos os homens e mulheres para que, em comunhão, quebrem os grilhões da sua opressão. Pode ser a sua opressão individual, opressão social e a opressão que se abate em todo o nosso Planeta.

Esses métodos de pedagogia são básicos para que possamos construir um conhecimento. Há tempos que ensinamos até o que não sabemos e há tempos que temos de passar pela experiência dolorosa de desaprender.

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

O que foi pensado em matéria de segurança pública de enfrentamento da criminalidade e violência, deveria ser esquecido. Essa seria uma saudável e uma boa prática para a política pública.

Em que cenário se movem essas pedagogias, esses conhecimentos? Onde há uma modernização conservadora da segurança pública, aproveitando-se desse clamor público, dessa sensação de insegurança. Se quer reeditar a velha legislação do direito penal do terror, do medo e do pânico. As soluções apressadas surgem a todos os minutos. São soluções mágicas. A cada dia aparece alguém tirando um coelho da cartola. Basta ver o aspecto televisivo da nossa mídia. O ambiente não é muito favorável para essas idéias inovadoras, essas normas consecutivas que rompem com esses paradigmas tradicionais que se mantêm.

O sistema de segurança pública sofreu poucas alterações no Brasil nos últimos anos. É aquela maldição do eterno retorno, como diz a brincadeira na minha terra: *a volta dos que não foram*. A volta das idéias que nunca foram plenamente ultrapassadas no sentido de derrotadas, da construção de uma nova cultura.

Com quais limites operamos com o nosso conhecimento dessas pedagogias? Um primeiro limite, quero concordar com o que escreveu o professor Boaventura Santos, no seu livro *A crítica da razão indolente*, onde dizia que vivemos um certo paradoxo. Como eu, vivendo num mundo onde há tanto para se criticar, por que se tornou tão difícil produzir uma teoria crítica sobre esse mundo?

Alguém pode perguntar se não há teorias críticas sobre esses temas que estamos discutindo desde ontem? Essa teoria crítica é entendida como uma teoria que não reduz a realidade ao que existe e que se assenta no pressuposto de que a realidade não esgota as possibilidades da existência. Há alternativas suscetíveis de superar o que é criticado.

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

Na presença da professora Alba, saúdo esse grupo de insistentes e teimosos intelectuais brasileiros que tentam construir uma teoria crítica remando contra o senso comum, com essas verdades fáceis, que se instalam inclusive nas academias do nosso País. É sempre digno de nota e de referência.

O primeiro limite diz respeito à incapacidade de construir uma teoria crítica a isso ou até a negativa de que a teoria seja algo importante. Maldosamente, e eu que já ensinei muito em academias da Polícia Militar e da Polícia Civil, escutam quando dizem: *Chegaram os policiólogos: aqueles que estudam a Polícia e querem inventar teorias.* Há uma desvalorização da capacidade que os agentes de segurança pública têm, no sentido amplo, de elaborar uma teoria a partir da sua prática e crítica.

Dizia o comandante da Polícia de um Estado que, quando ele foi aluno no curso de oficialato, ensinava-se na academia, há menos de 15 anos, que se ele visse algum praça parado, ele teria de perguntar se ele estava pensando. Se a resposta fosse positiva, recebia ordem de prisão, pois um praça não é para pensar.

Não só na incapacidade de construir uma teoria crítica, mas da negação da importância da apropriação dos conhecimentos científicos para a prática do policial brigadiano, do policial civil, do guarda municipal, do policial federal, da Polícia Rodoviária e de outras agências que integram a segurança pública, como o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública.

Outro limite muito importante é o risco da intranscendência. Risco que se caracteriza por limitar a ação política à esfera da sociedade civil, recusando a luta por outro poder político. Nós falando para nós mesmos. Somos nós renunciando a possibilidade da disputa do poder político. Como já foi dito aqui, inclusive na abertura dos trabalhos, como se a solução dos problemas que aqui estamos debatendo não passassem pela esfera política dos governos, do domínio da coisa pública! Essa

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

renúncia do político confina essas idéias inovadoras, essas perspectivas a uma intranscendência, ou seja, a incapacidade dela, se estivesse hermeticamente fechada, possa entrar nessas instituições públicas, construir uma nova hegemonia, tornando-se ações políticas públicas em todas as esferas dos Estados.

Quais são os nossos desafios? O primeiro desafio, para fazer uma homenagem a um gaúcho que tem se dedicado e muito sobre a reflexão da segurança pública associada à questão dos direitos humanos, Marcos Rolim, que estará aqui hoje à tarde. Sem ele saber, divulgo o seu lançamento em livro com o título *A Síndrome da Rainha Vermelha*. Título em alusão à rainha que manda Alice correr, correr, quando ela percebe – Alice – que não irá para lugar nenhum! Isso é mais ou menos o que acontece com a segurança pública do País. O primeiro desafio – e eu concordo com ele – é não reduzir a possibilidade da prevenção da violência e da criminalidade à adoção de políticas sociais que reduzam as desigualdades e injustiças sociais.

É evidente, diz com clareza e eu concordo com ele, que as políticas sociais inovadoras, ousadas e de inclusão social, exercem um poderoso impacto na redução da criminalidade e da violência. É óbvio, mas é necessário dizer para não ser mal interpretado.

Tal constatação científica não pode ser uma resposta para esses graves problemas e desafios da segurança pública. Não seria uma resposta, como ele bem escreveu no livro, seria uma desculpa para a incapacidade de se produzir ações imediatas e efetivas sobre esse assunto. Parece-me que, com essa afirmação, enquanto não houver um processo de inclusão de milhares de pessoas que estão na linha abaixo da pobreza, cria-se uma sensação de paralisia, de uma apatia que impede que qualquer coisa inovadora possa ser feita.

Se essas profundas desigualdades que existem em nosso País não forem alteradas por propostas de pessoas que trabalhem com os direitos humanos, alguém irá propor soluções como as que já conhecemos:

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

redução da idade final, a proibição de celulares nos presídios e mais outras soluções miraculosas, sem nenhuma base de racionalidade e cientificidade.

Outro desafio não menos importante e colocado de maneira didática na minha fala em segundo lugar, é de transformarmos a questão da segurança pública numa questão fundamentalmente de direitos humanos. Vou me explicar, antes que surja alguma crítica – que também será bem-vinda.

Primeiramente, para o próprio benefício dos profissionais de segurança pública. Uma política de segurança pública, entendida como fundamentalmente sendo uma política de direitos humanos, vai olhar primeiramente para os direitos humanos dos seus profissionais. Vai ver que é inaceitável que os regulamentos disciplinares da Polícia Militar e da Brigada Militar permaneçam inspirados nos regulamentos disciplinares do Exército da época da ditadura. Que traga as transgressões disciplinares definida em uma linha e com um grau de subjetividade absurdo. Por exemplo, de vários regulamentos que eu li, e esse assunto eu estudei, fiz uma pesquisa sobre oito a nove regulamentos disciplinares do País.

Não sei se o regulamento do Rio Grande do Sul repete isso, mas os brigadianos aqui presentes podem me ajudar a avivar a memória, diz: *transgressão disciplinar leve: estar em má companhia*. Alguém poderá achar que estejamos aqui, esta tarde, em más companhias. Também: *estar em local inapropriado*. Para uma pessoa de tradição evangélica estar em um bar é um local inapropriado. Para mim, não. A subjetividade que serve para impor um domínio e a negação de direitos àqueles policiais.

Citei esse exemplo para mostrar a importância do tema da segurança pública no âmbito dos direitos humanos para os profissionais que fazem a segurança pública. Segundo ponto, estamos nos voltando às condições que operam os profissionais dessa área, como as próprias

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

condições de segurança, o nível de treinamento, se a instituição tem uma política de estresse. Sabemos que a Organização Mundial da Saúde diz que a profissão de policial é a mais estressante no mundo inteiro. Por isso, é necessário que a instituição crie programas não improvisados, mas permanentes para que se diminua esse estresse. Tudo isso para manter a integridade psicológica dos policiais.

Por isso não é comum, e a pesquisa é sobre isso, apontando o estado trágico em que os policiais chegam ao fim da sua carreira. Muitos deles ficam com dependência alcoólica, alguns com dependências químicas e outros com doenças que são nitidamente de um claro conteúdo somático. São doenças que acabam com a possibilidade de a pessoa gozar a sua aposentadoria.

Entender a segurança pública como fundamentalmente uma questão de direitos humanos, o primeiro beneficiário são os profissionais da segurança pública, porque serão objetos da defesa dos seus direitos humanos.

Em segundo lugar, aumentará a eficiência e a qualidade da intervenção policial. Alguém poderá dizer que estou inventando. Pode dizer: *olha, ele está tentando vender o peixe dele*, e mostramos como isso é possível. Num Estado atrasado – não é porque eu sou de lá, não sou tão bairrista como os gaúchos, mas quase igual, me esforço para chegar perto – como Alagoas, em que houve duas intervenções na Polícia Militar, com a presença do Exército comandando a Polícia Militar por problema sério de comprometimento do crime organizado, começou uma política de requalificação do seu pessoal, depois de procurar entender que os movimentos sociais não são criminosos, que o Movimento de Luta pela Terra, por exemplo, não deve ser entendido como um inimigo a ser combatido. Instituíram lá um Centro de Gerenciamento de Crises de Direitos Humanos, que já operou mais, nos últimos quatro anos, de 3 mil mandado de reintegração de posse, sem sequer um tiro ter sido disparado, e não houve movimentação de tropa em nenhuma situação.

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

Se abstrairmos a defesa de direitos humanos de todas as pessoas envolvidas nesse conflito agrário, pensando do ponto de vista da logística, do custo que o Estado economizou, já seria algo para ser copiado, transplantado. Mas, além disso, há a auto-estima que a Polícia passou a ter, o aumento da sua autoridade, o reconhecimento de que a Polícia é uma instituição do Estado, não é uma instituição da parte que disputa o conflito agrário. Não é uma instituição nem a serviço do movimento social e muito menos a serviço dos possíveis, dos supostos proprietários das terras em disputa. É um agente do Estado.

Presenciei alguns diálogos. Vi um capitão dizer: *Sinto muito, Sr. Fazendeiro, eu não sou seu empregado, eu sou um agente público, eu sou um funcionário do Estado, eu sou um funcionário da Polícia Militar e estou aqui para garantir o cumprimento do mandado. Eu não sou seu capataz.* Eles sempre dizem – e eu aprendi com eles isso: *A Polícia não criou o conflito agrário, não cabe a ela, evidentemente, resolver.* Não é a Polícia que vai resolver o conflito agrário, o assentamento de terra no Brasil. Mas aí eles dizem: *Mas não somos nós que vamos agravá-lo.* Como? Por exemplo, invadindo acampamento, comendo e destruindo merenda, torturando, perseguindo, criando escândalos que ultrapassam a barreira do nosso País, criam constrangimento internacional para o País e jogam contra a autoridade da Polícia a lama e diminuem a sua auto-estima.

Fundamentalmente é preciso entender a política de direitos humanos. A segurança pública com uma política fundamentalmente de direitos humanos também aumenta a eficiência.

Poderia citar outros exemplos da Secretaria de Direitos Humanos que queremos, começando pelo Estado de São Paulo por razões óbvias, mas também o Rio de Janeiro, com a Secretaria Nacional de Segurança Pública, fazendo um seminário não nos termos desse, mas com esse enfoque. Ou seja, não haverá segurança pública sem direitos humanos, e não haverá direitos humanos sem segurança pública. E nesse seminário,

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

não seremos nós que iremos falar sobre isso. Nós, da Secretaria de Direitos Humanos, nós, intelectuais, que pesquisamos o tema, vamos botar os protagonistas dessas experiências, como essa a que me referi de maneira resumida e breve. Policiais Cíveis, Federais, Rodoviários, Militares, Guardas Municipais, mostrando que é perfeitamente possível com o aumento da eficiência, da auto-estima, da autoridade, a instituição de segurança pública conjugar de maneira indissociável o binômio segurança pública e direitos humanos. Eles vão falar para que as pessoas vejam e acreditem, usando as suas fardas, os seus uniformes, as suas insígnias, mostrando que no estado de direito democrático é possível, necessário e interativo que tenhamos uma Polícia democrática e com absoluta eficiência.

Ao final, gostaria de dizer que talvez o maior de todos os desafios seja como escreveu o grande Santo Agostinho: *Todas as coisas que existem se dividem em duas ordens distintas: aquelas que se escrevem na ordem do que é útil, do que é utilizável, do que é utensílio, usar como a coisa e utilizar para se obter outra coisa;*

E a outra ordem é a ordem do fruir, do fruir, usufruir, desfrutar, é uma coisa por causa dela mesma, não pela sua utilidade, mas por causa dela mesma.

A ordem do útil é o lugar do poder, de utilizar as coisas, a ordem do fruir é ao contrário, é a ordem do amor, coisas que não são utilizadas, que não são ferramentas e que não servem para nada, elas não são úteis, são inúteis, porque não são para serem usadas, mas para serem gozadas, foi assim que os Direitos Humanos foram criados e não para servir de ferramenta do poder, algo que possa ser usado para algo.

Essa construção, que é um marco da civilidade da humanidade, foi criada para que possa ser usufruído por todos e todas que estão aqui, principalmente aqueles que não têm oportunidade de estarem aqui, que são os sem-direitos. Muito obrigado e boa tarde. (palmas)

SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE

**SEM REVISÃO**

**A SRA. COORDENADORA** (Miriam Balestro Floriano) – Muito obrigado, Dr. Pedro, eu penso que o senhor é um exemplo vivo de que podemos discutir segurança pública de uma forma serena, construtiva e pacificadora. Muito obrigada pelas suas considerações.

Agora, vamos a mais uma bateria de depoimentos e em seguida abriremos espaço para as perguntas que devem ser por escrito e com o palestrante identificado, bem como a pessoa que está formulando a pergunta, devido ao nosso sistema de gravação.

(Procede-se à apresentação por *datashow*.)

**A SRA. COORDENADORA** (Miriam Balestro Floriano) – Agora iniciaremos o espaço de perguntas e respostas, vou começar pela professora e gostaria de anunciar que o Benedito divulgará um livro sobre segurança pública do qual ele é autor e fará um breve comentário sobre a obra.

**A SRA. ALBA MARIA ZALUAR** – Eu tenho várias perguntas a respeito do diagnóstico da violência e da criminalidade e também sobre o que podemos fazer enquanto sociedade para enfrentar esse problema.

São perguntas muito interessantes e vou tentar responder englobando todas elas, assim poderei responder a todas ao mesmo tempo.

As perguntas a respeito do diagnóstico indagam também como é que os homens jovens é que se sentem menos inseguros em comparação com outros setores da população?

Não sei qual é a fonte da pessoa que me fez essa pergunta, que é o Fábio Carvalho, mas diria que estou terminando a pesquisa sobre

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

vitimização e que em geral se consegue aprender a respeito das sensações de medo e insegurança dos diferentes setores da população, com diferentes perfis sócio-econômicos, idade, gênero, etc., porque isso não aparece nos registros oficiais.

Temos muitas perguntas que se referem às medidas que são tomadas para se proteger da insegurança – como colocar cadeados, trancas, não sair à noite, não andar pelas ruas de bairros que não se conhece, evitar locais que são considerados perigosos – e também fazemos perguntas referentes ao desejo de se mudar da vizinhança, do bairro, da cidade, do Estado.

O interessante é que os homens jovens são os que mais querem mudar – de bairro, de cidade ou de Estado –, e as pessoas de mais idade, tanto os homens como as mulheres, são as que menos querem mudança, mas são as que mais tomam cuidados no sentido de não sair à noite, de utilizar trancas, cadeados e aparelhos eletrônicos para sua maior proteção.

Realmente, o sentimento de insegurança é algo muito subjetivo. Temos uma certa dificuldade de encontrar medidas para avaliarmos essa sensação de insegurança. Mas diria, de qualquer modo, que no que se refere, por exemplo, a sair à noite, os homens jovens gostam disso, porque também faz parte de toda a construção da hombridade, da identidade masculina, esta capacidade de enfrentar o perigo, o que não vem a ser um problema.

O que vem a ser um problema é quando essa construção se mistura com a maneira de considerar o outro como um personagem que tem que ser destruído fisicamente. O rival passa a ser não simplesmente um competidor, mas o inimigo a ser destruído, e é isso o que estimula todas aquelas atitudes violentas que mencionei.

Se não houver limites morais e institucionais, formas de controle informais – na vizinhança, no bairro, no poder local, etc. –, isso vai se

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

transformando num processo de socialização que os sociólogos que mencionei chamam de hipermasculinidade e ato (ininteligível).

A outra pergunta era sobre isso: Como isso aparece, como se forma? É um longo processo de socialização, feito principalmente na rua, pela adesão dos adolescentes a esses valores que predominam nos bairros onde as armas de fogo estão presentes e onde essas quadrilhas têm essa capacidade de criar valores e regras que giram em torno da disposição para matar e para fazer o que chamam de dinheiro fácil – dinheiro no bolso e arma na cintura, que são as características marcantes, visíveis e externas do rapaz que vai se envolvendo cada vez mais com a criminalidade.

É isso o que posso dizer agora, muito resumidamente. Tenho um livro sobre isso, que foi publicado em 2004 pela Editora Fundação Getúlio Vargas, intitulado *Integração Perversa*. Nele está tudo melhor explicado do que pude expor aqui.

Quanto às saídas, diria que não podemos cometer o erro de achar que a saída é cuidar de um jovem individualmente. Não: já que os danos são coletivos – sentimos esses danos enquanto coletividade –, já que os jovens estão sendo envolvidos, estão sendo atraídos, estão cada vez mais comprometidos com atividades violentas e criminais, a nossa saída tem que ser também um trabalho em conjunto, fazendo com que, já que houve um retrocesso no processo civilizatório, que é feito principalmente na família e na escola, e deveria estar sendo feito no sistema político brasileiro, mas infelizmente os últimos escândalos têm dado um péssimo exemplo aos nossos jovens, é preciso dizer isso também, porque isso faz parte desse cenário complicado.

Esse retrocesso do processo civilizatório tem que ser revertido de alguma maneira, e a maneira com que nós podemos revertê-lo é fazer com que esses jovens sejam atraídos para as atividades que eles possam também construir uma imagem de si mesmos como homens valorosos, corajosos, que tenham hombridade, que tenham força, que tenham

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
**DATA: 12-07-2006 – TARDE**

**SEM REVISÃO**

coragem, mas em atividades em que eles aprendam o respeito ao outro, e a sensibilidade em relação ao sofrimento alheio, para que, pelo menos, esse desejo da destruição total, completa e absoluta do outro não se desenvolva tal como está se desenvolvendo nessa socialização feita na rua.

Me perguntaram: mas se nós confrontarmos o jovem com os efeitos da sua ação maléfica, isso funcionaria? Eu diria que poderia fazer parte dessa tentativa de retroagir ao inverso do processo civilizatório, que é um processo em direção à barbárie, fazendo com que jovens dessas localidades mais perigosas possam ver o que pensam, o que sentem, como sofrem as vítimas das ações, não das ações cometidas por eles mesmos, mas das ações cometidas por jovens que estão envolvidos nessas atividades cruéis e destruidoras. Pode ser que isso tenha algum efeito, mas no que eu acredito muito mais é na pedagogia, tomando um pouco a carona do Pedro, a pedagogia do interesse, do compromisso, da mediação, do respeito ao outro e à civilidade. É isso o que eu acho que vai virar o jogo, outra vez, na direção da civilização.

Obrigada.

**A SRA. COORDENADORA** (Miriam Balestro Floriano) –  
Passamos a palavra, agora, ao Dr. Benedito Domingos Mariano.

**O SR. BENEDITO DOMINGOS MARIANO** – Separei algumas questões, e várias delas falam do policial militar Carlos, e do Gilson Martinez, todos eles falam do ciclo completo da atividade policial, e da unificação das polícias. Eu defendo a unificação das funções policiais e não das polícias. Não é uma questão semântica, é garantir que as atuais polícias, a Federal, a Polícia Civil e a Polícia Militar possam realizar o ciclo completo da atividade policial. Investigar e fazer policiamento ostensivo. A Polícia Militar, por exemplo, poderia também fazer inquéritos policiais desde que nós estabelecêssemos uma

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

ampla reforma no inquérito, no meu entendimento, acabando com o indiciamento. Só no Brasil se indicia pessoas. Então, poderiam ser feitos relatórios circunstanciados de investigação para a Polícia Civil e a Polícia Militar, e o fim do indiciamento garantiria que a polícia fosse efetivamente mais contundente na investigação, e desburocratizaria muito esta atividade judiciária.

Outras questões, como colocada pelo Santiago Filho, de que a Brigada Militar, pela constituição, e não só a Brigada, mas todas as polícias militares, são órgãos auxiliares, ou extensivos das Forças Armadas. Evidente que criar o ciclo completo da atividade policial é dentro de um projeto mais amplo de desconstitucionalização do artigo 144, e outros artigos que envolvem uma certa tutela das Forças Armadas sobre as polícias estaduais. Então, precisaria, efetivamente, fazer uma mudança ampla, e mudar o Código de Processo Penal Militar, as auditorias e os tribunais de justiça militar, onde existirem, como aqui no Rio Grande do Sul tem, e em São Paulo e Minas Gerais, em 1ª e 2ª instância. Criar um modelo de polícia novo, desmilitarizando o policiamento ostensivo, tem que seguir a mudança constitucional de as polícias deixarem de ser reservas do exército e de acabar com a justiça militar estadual. Sou a favor dessas mudanças. Já escrevemos isso em um programa de um candidato a presidência.

Tem outra questão, do Coronel Renato, da polícia militar do Piauí, que fala da importância de combater a prática de entrada de armas ilegais e drogas nas fronteiras, que vai de encontro a uma outra preocupação do policial rodoviário Afrânio Andrade, de fortalecimento das polícias de fronteiras. Realmente talvez fosse importante criar as fronteiras, e aí sim, com o apoio das Forças Armadas, mas não para subir morros ou fazer policiamento ostensivo, porque não é função da polícia das Forças Armadas ter a função de polícia de segurança pública, mas a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, e mesmo as polícias estaduais, junto com as Forças Armadas e com o Exército, em especial, poderiam ter uma política mais agressiva para combater a entrada ilegal de armas e drogas nas fronteiras, e outras medidas, como o

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

descontingencionamento das verbas federais, o aumento da estrutura e do efetivo federal para o combate ao crime nas fronteiras e na Região Central.

Uma outra questão do Dr. Almeida, pós graduado em segurança pública: a nossa segurança está calcada no paradigma da tortura, do desrespeito aos direitos humanos, se não seria importante utilizar pré-requisitos comprovados para a função. Pelo menos foi este o entendimento que fiz da questão. Acho fundamental, na linha que falou o Pedro, há, em alguns estados, propostas de recomendar que policiais que efetivamente participaram de tortura, ou foram investigados pro participação direta ou indireta em torturas ou em órgãos internos relacionados à tortura, que não exercessem cargos de direção. Penso que nós temos que estabelecer pré-requisitos mais amplos e mais rígidos, sobretudo para as direções de órgãos policiais.

Uma última questão, do Leonardo: quem vai fiscalizar o trabalho da inteligência policial? Quem e como teremos garantias de que os movimentos sociais não serão alvo dessa mesma inteligência? Cabe ressaltar o fato do perigo, ele alerta, da criminalização dos movimentos sociais.

Acho que a inteligência policial, como todo o comando das polícias, como foi ressaltado na parte da manhã, tem que estar sobre o controle do poder civil. Na verdade, a forma como o sistema hoje é gerido, ele tem regras muito próprias do próprio sistema, então, a polícia atua independente, às vezes, do governador, do secretário, ou atua independente do ministro. Eu penso que as regras do novo modelo de polícia é subordinar as forças policiais ao poder civil. Qualquer estrutura ou regra interna que impeça esse controle absoluto do poder civil tem que ser revisto pelo Congresso Nacional, pelas assembleias legislativas e pelo governo federal.

Ainda hoje há regras presentes na estrutura de polícia que garantem que elas, de uma certa maneira, sejam um estado dentro do

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

estado. Então, não vimos com prioridade absoluta o setor de segurança pública, e acho que este é o desafio que temos que levar adiante, principalmente este ano, que é eleitoral, vamos eleger governadores, presidente da república, temos que elencar questões relacionadas à segurança pública, estruturais, para os candidatos a governador e para a presidência.

A carta dos brigadianos da Brigada Militar, sobre questões que ocorrem internamente nas casernas, muitas eu conheço, acho que realmente é fundamental democratizar as relações internas, sobretudo na Brigada Militar, que tem uma cultura de caserna muito grande, também nas polícias militares, é preciso respeitar as hierarquias e estabelecer um código de conduta transparente e democrática, até porque hierarquia não é pressuposto só de instituição militar, todas as polícias eficientes e sólidas, no mundo, têm muita hierarquias e não são instituições, eminentemente, militares.

No Brasil este conceito de hierarquia, muitas vezes, se mistura coma referência militar. Não existe instituição militar forte e eficiente sem muita disciplina e hierarquia. Esse conceito, no meu entendimento, pode ser amplamente abraçado pelo poder civil.

Era isso.

**A SRA. ALBA MARIA ZALUAR** – Eu ainda queria falar sobre a pedagogia da libertação, a que se referiu o Pedro Montenegro, porque acho que não é bem a pedagogia da libertação que está em questão, eu diria que é muito mais a teoria da emancipação, que é diferente. Essa idéia da liberdade é uma idéia que tem que ser imediatamente limitada. Limitada por quê? Pelo direito dos outros. Enquanto que a emancipação já tem isso embutido na sua própria definição.

As liberdades têm que ter limites morais e institucionais, jurídicos, porque um criminoso está praticando a sua liberdade, a sua

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

liberdade de assaltar, de matar, etc. Então, queremos que o jovem entenda que a liberdade é limitada. Em qualquer sociedade, não existe sociedade em que as pessoas possam ser inteiramente livres, e a emancipação, por definição, é coletiva, já que você só se emancipa quando seu semelhante, seu concidadão se emancipa junto, também.

**A SRA. COORDENADORA** (Miriam Balestro Floriano) – Passo, novamente, a palavra ao Dr. Benedito.

**O SR. BENEDITO DOMINGOS MARIANO** – Quero, novamente, agradecer à coordenação, agradecer às perguntas e a atenção, e fazer uma propaganda, para quem tiver interesse. O pouco que falei sobre segurança tentei resumir num livro, chamado *Por um Novo Modelo de Polícia*, publicado pela editora Perseu Abramo e que está baratinho. Quem tiver interesse, pode comprá-lo pela Internet ou pela editora Perseu Abramo.

O título é: *Por um novo modelo de polícia – A Importância da Inclusão dos Municípios na Segurança Pública*.

Muito obrigado, até pela possibilidade de fazer essa propaganda.

**A SRA. COORDENADORA** (Miriam Balestro Floriano) – Antes de passar a palavra ao Dr. Pedro, farei breve registro do manifesto do Célio Golin, do Grupo Nuances, relativamente à palestra de hoje pela manhã. Ele clama para que as questões de segurança pública abordem as questões de gênero e de sexualidade.

Concedo a palavra ao Dr. Pedro Montenegro.

**O SR. PEDRO MONTENEGRO** – Há duas perguntas que

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

ensejariam uma nova palestra. Luciano – em uma pergunta que coincide com a de Jorge Silva – indaga o que fazer para diminuir a criminalidade no Brasil.

Isso seria tema de uma nova palestra. Luciano também indaga que propostas concretas a secretaria tem para o problema da segurança pública no Brasil.

Abordei o tema dos direitos humanos, religando-o com o da segurança. Mas acredito que o Sr. Ricardo Balestreri, que integra a Secretaria Nacional de Segurança Pública, poderá, no painel seguinte, dizer o que essa secretaria tem feito, do ponto de vista concreto, para o problema da segurança pública no Brasil.

O Luciano, promotor de Justiça, também pergunta se haverá um comprometimento do governo para pagar os custos? E nisso é preciso dizer que eu, o Ricardo e muitos no governo temos defendido que as verbas do Fundo de Segurança Pública não sejam objeto de contingenciamento. Esse é um pleito, uma reivindicação, uma discussão que estará na ordem do dia inclusive do debate político que o País enfrenta.

Não falei das pistas para enfrentamento da criminalidade que iria sugerir. Uma é a integração das polícias. E quando falo em integração, refiro-me também à questão na qual Mariano tem insistido, ou seja, a de sabermos qual é o papel do Município nisso, qual é o papel do Estado, qual é o papel da União. E isso para que não fiquemos, como se diz na minha terra, em um jogo de empurra: *isso é meu, isso é seu, isso é de ninguém*. Ao contrário do direito difuso, o que é de todos não é de ninguém, e não acontece nada.

Então, a integração das polícias – desde a definição clara da responsabilidade dentro de um sistema do Município, do Estado e da União e das instituições que estão fora disso, que estão autônomas e independentes, como os Judiciários, os Ministérios Públicos e as

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

Defensorias Públicas – é fundamental. Talvez essa seja uma boa pista.

A outra proposta é a transcendentalização da política.

A política da segurança pública, é claro, tem algumas ações que são típicas das agências de segurança pública.

Vejo com alegria, aqui, minha colega de Diadema, que é um exemplo concreto de uma situação de desigualdade, na qual se pode ter uma política municipal eficiente, eficaz e com profundo respeito aos direitos humanos. Ela certamente vai falar dessa experiência tão alvissareira para todos nós, que é a política de segurança pública naquela cidade – o Mariano já passou por essa experiência em São Paulo.

Deve haver a transcendentalização do tema da segurança pública, não o confinando somente à agência de segurança pública, mas tampouco tirando a responsabilidade dessa agência sobre a questão. A segurança pública também é responsabilidade da educação, da saúde, do desenvolvimento agrário, da reforma urbana, da luta contra a discriminação racial, etc.

Outra questão fundamental é a democratização do controle social dessa política. Essa é uma área na qual o controle social avançou muito pouco, até por conta dessa tutela, ainda, do poder militar sobre as instituições da segurança pública.

O Rio Grande do Sul está passando por um momento muito difícil. Quero novamente fazer um apelo ao governo do Estado, porque temos um projeto de fortalecimento das ouvidorias de polícia, no qual temos investido. Investimos na criação da ouvidoria de polícia do Rio Grande do Sul.

Em contrapartida, estamos pedindo do Estado algo simples: um modelo de ouvidoria que não foi implementado com a mesma identidade do atual. Isso ocorreu no governo Mário Covas. O primeiro ouvidor está

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

aqui, foi o Mariano. No dia em que ele foi confirmado, inclusive, estávamos juntos em um curso.

Nunca me esqueci daquele dia em que ele lia o *fax* confirmando a nomeação; ele estava tremendo naquele dia tão importante, lá em Brasília.

Trata-se de um projeto simples que diz que o ouvidor tem que ter mandato, autonomia, etc e tal. Infelizmente, não sei por que, o Estado tem resistido a mandar esse projeto. Estamos numa situação delicada, porque não queremos prejudicar o Rio Grande do Sul. Ao mesmo tempo, o projeto que demorou quase seis anos para receber os recursos da União Européia está exigindo de nós, da Secretaria de Direitos Humanos, que aqueles Estados que não adotarem esse modelo sejam cortados.

Estamos fazendo um esforço grande. Já adiamos o prazo. Ontem reiterei esse apelo ao secretário. Vamos formalizá-lo de novo, mas quero fazer um apelo à casa legislativa, aos representantes do governo do Estado aqui presentes para que mandem este projeto. Esse é um tema que extrapola o debate eleitoral. É um tema simples. Tanto não é um projeto que tem caráter partidário, que foi mérito do governador Mário Covas, que ainda segue sendo a referência para todos nós. É uma referência internacional. Esse modelo atende aos pressupostos internacionais.

O controle da atividade dos órgãos de segurança, o controle externo precisa ser aperfeiçoado. Por isso é que nós, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, concretamente, assinamos, no dia 26 de junho, com o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça, que congrega os Ministérios Públicos dos Estados e da União, um protocolo de intenções, no qual a Secretaria Especial de Direitos Humanos da presidência compromete-se, em todos os eventos públicos, em seus documentos e no debate que está acontecendo no Supremo, a defender a possibilidade de o Ministério Público, em determinadas situações, escolher as provas e iniciar o processo de identificação e exercer o efetivo controle externo da atividade policial. Temos isso claro e não

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

podemos fugir desse padrão, porque são recomendações das Nações Unidas sobre o tema. O Brasil se vinculou a esse sistema porque quis, de maneira soberana. Então, deverá se aprimorar sobre essa questão.

A mãe Magda fala sobre a questão da intolerância religiosa da Igreja Universal com as casas de Umbanda em Alvorada. Já ouvi várias aqui – e já estou ficando incomodado com isso – várias referências ao Município de Alvorada. Quero, na minha condição de ouvidor, que essas pessoas mandem esses documentos ou os entregassem aqui na Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, para que possamos recebê-los e adotar alguma providência concreta sobre isso.

Hoje, em Brasília, está acontecendo um episódio sobre esse tema. Há uma praça dos orixás em Brasília que foi destruída pela intolerância religiosa. Está havendo uma mobilização da Secretaria da Igualdade Racial, com as organizações de direitos humanos, organizações da sociedade civil e do Estado de Brasília para fazer um ato de desagravo a isso e uma política de diálogo inter-religioso visando ao respeito à liberdade religiosas de todas as pessoas.

Leandro fez uma pergunta que não conseguirei responder. Ele disse que em alguns países da América Latina, estão treinando organizações criminosas. Primeiramente, não tenho essa informação. Quanto ao fato de que isso estaria ocorrendo no Brasil, também não tenho essa informação. Não sei se alguém da mesa pode dizer algo a respeito e responder ao nosso amigo Leandro.

Respondidas rapidamente as questões, quero, mais uma vez, agradecer a paciência de todos e a oportunidade de estar aqui, conversando sobre esse tema.

**A SRA. COORDENADORA** (Miriam Balestro Floriano) –  
Obrigada a todos.

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

Temos mais uma bateria de perguntas, mas acontece que o tempo é insuficiente. Temos que tratar da composição da outra mesa. Peço desculpas àqueles que não tiveram suas perguntas contempladas.

Agradeço à professora Alba Maria Zaluar, ao Dr. Benedito Domingos Mariano e ao Dr. Pedro Montenegro.

Neste momento, desfazemos a mesa para a composição dos próximos palestrantes. Obrigada.

**O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS** – De imediato, sem intervalo, damos seqüência ao painel Segurança Pública – Formação, Controle e Alternativas.

Convidamos para mediar esse painel Carlos Roberto Santana da Rosa, secretário municipal de Segurança Pública de São Leopoldo.

**O SR. COORDENADOR** (Carlos Roberto Santana da Rosa) – Boa tarde, senhoras e senhores. Devido ao adiantado da hora, gostaria de formar imediatamente a Mesa deste terceiro eixo, que tratará de segurança pública, formação, controle e alternativas.

Convido a fazer parte da Mesa o professor José Vicente Tavares dos Santos; o Dr. Ricardo Balestreri; e a Dra. Regina Miki.

Agradeço à Comissão de Cidadania e Direitos Humanos o convite para mediar os trabalhos. Este agradecimento de forma alguma é meramente protocolar, porque é um prazer e uma honra realizar este trabalho especificamente por dois motivos: prazer, pois acredito estar entre amigos; e porque esta Mesa, pelo que tenho acompanhado dos debates deste seminário nacional, é um resumo do que tem acontecido com outras palestras aqui, reúne pessoas que são síntese do que se poderia chamar de intelectualidade engajada. São pessoas que pensam, produzem

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

conhecimentos sobre segurança pública, mas nem por isso, ou até mesmo por causa disso são gestores de segurança pública e não hesitam em colocar em prática suas formulações teóricas sobre esse tema.

O professor José Vicente, que há anos produz pesquisas sobre segurança pública, procura, nesse mesmo tempo, aproximar-se das instituições policiais no sentido de garantir a transmissão de conhecimento e disponibilizar às polícias dados e diagnósticos para racionalizar o trabalho policial.

O professor Ricardo Balestreri, atualmente gestor na Secretaria Nacional de Segurança Pública, realizou trabalhos muito significativos na área de direitos humanos, particularmente envolvendo os policiais. Lembro e tenho certeza de que nas salas da Academia de Polícia Civil ainda estão ecoando as suas frases. Insistentemente, dizia que não basta as polícias respeitarem direitos humanos. Isto é muito pouco, as polícias e os policiais têm que ser protagonistas de direitos humanos.

A Regina Miki, professora da área de segurança pública, instituiu em Diadema um modelo de política pública municipal de segurança que tem servido de inspiração a diversos Municípios não somente do País como da América Latina nessa área, criando políticas efetivas de prevenção à violência e à criminalidade, e na de administração de guardas municipais.

Concedo, de imediato, a palavra ao professor José Vicente Tavares dos Santos, sociólogo, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestre em sociologia e doutor em sociologia do Estado pela Universidade de Paris.

**O SR. JOSÉ VICENTE TAVARES DOS SANTOS** – Inicialmente, agradeço ao secretário Carlos Santana e à Comissão de Cidadania e Direitos Humanos desta Assembléia Legislativa por esta oportunidade, que me parece fundamental para trazer esse tema, como a

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

Mesa anterior muito bem o expôs, tão esquecido, tão vilipendiado, tão relegado a palavras como adestramento, formação e treinamento que, na realidade, acho que é preciso transformar a segurança pública para aquilo para o qual ela foi proposta quando do início da construção do Estado moderno, do Estado Nação, um dos direitos fundamentais.

Isso também significa que os profissionais da segurança pública, como Max Weber dizia, são funcionários públicos que detêm o monopólio da coerção legal e legítima. Ainda um outro sociólogo, anos mais tarde, completaria dizendo que, para haver um processo civilizatório, é preciso que este mesmo corpo de funcionários exista para que a sociedade possa ser pacificada.

Sem querer ser bairrista, até porque não sou desse Estado, mas Elis dava um exemplo muito engraçado: durou três séculos para que as pessoas pudessem comer o seu javali, tranqüilamente, com o fio da faca voltado para o javali e não mais para o seu vizinho.

Nem sempre. Talvez a última copa seja um contra-exemplo. Em todo o caso, os funcionários da segurança pública são fundamentais na constituição de uma sociedade civilizada e pacificada. Mas o paradoxo que temos visto é que esse setor, até muito recentemente, foi muito pouco valorizado na política brasileira.

Vejam que o primeiro plano nacional que trata disso, feito no governo do Fernando Henrique Cardoso pelo professor Paulo Sérgio Pinheiro, diz respeito a um processo bastante interessante com audiências públicas, como foi realizado na Conferência Mundial dos Direitos Humanos, em Viena, em 1993.

Mas para chegarmos a um primeiro plano nacional de segurança pública, no ano 2000, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso e depois chegarmos ao Fundo Nacional de Segurança Pública, foi preciso acontecer um episódio dramático, ou seja, o seqüestro do ônibus 174 ou 147, um dos dois.

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

Do mesmo modo uma das legislações penais mais restritivas, a chamada Lei dos Crimes Hediondos, foi implantada depois de um seqüestro com assassinato de uma jovem que trabalhava na televisão.

Curiosamente, isso significa que a segurança pública não consegue ser percebida, seja pela opinião pública ou pela administração pública e, muitas vezes, nem pelos seus próprios profissionais como sendo matéria de coisa pública, de função pública, portanto, de um Estado democrático, racional e legal. Ela é sim, eivada de magias e simbolismos, mitos e paixões.

Fica muito mais fácil responder para uma opinião pública preñe de emoções, embretada num sofrimento que a violência causa e a todos enoja, do que trazê-la para a esfera da política, para a esfera pública, para a esfera da discussão racional de argumentos divergentes, contraditórios ou complementares. Foi preciso quase 500 anos para que houvesse a formulação de um plano nacional de segurança pública. Esse seria o meu primeiro ponto.

Gostaria de discutir, aqui, a construção social do profissional da segurança pública – aí está a dificuldade. Um grande sociólogo do século XIX perguntava: *Quem educa os educadores?* Perguntaria: quem educa os policiais?

Desde logo, vemos que, se esta profissão é tão importante, que chega a simbolizar unidades nacionais, a garantir a ordem no sentido do ordenamento da convivência entre homens e mulheres, se ela tem uma função, desde o século XVII, XVIII, de garantir o estado, mas também – dentro do famoso modelo inglês de polícia –, de garantia cotidiana da comunidade, é verdade, também, que é um setor marcado pela violência.

Não é por outra que os policiais recebem uma parte do seu salário chamado risco de vida. Talvez haja duas grandes profissões perigosas: professor e policial – ambos estão sempre expostos ao risco de vida,

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

simbólico ou material.

Entretanto, o paradoxo que eu queria ressaltar é que esse aspecto central, na construção política do estado e na vida cotidiana de uns e outros, não tem um reflexo na centralidade da agenda pública. Nos debates das eleições presidenciais talvez tenha; nas duas últimas é que houve programas dos diferentes partidos referente à segurança.

Na Constituição de 88, chamada Constituição Cidadã, muito pouco houve de debate. Na realidade, houve ali a permanência de uma estrutura do regime militar, que inclusive era contrária a uma série de facetas da polícia comunitária.

As polícias, antes do golpe militar e antes da lei de 1967, no Rio Grande do Sul se chamavam Pedro e Paulo e, em outros estados brasileiros, Cosme e Damião. Eram figuras emblemáticas que diziam respeito a uma dupla de pessoas uniformizadas que andavam nas ruas das capitais e transmitiam às pessoas uma idéia de segurança, uma idéia de alguém a quem posso perguntar as horas, fazer uma queixa ou perguntar o endereço de um cinema, uma igreja ou de uma loja.

Isso foi militarizado pelo regime militar e, na Constituição de 88, talvez a lacuna maior tenha sido o debate sobre segurança pública. Os que melhor se organizaram foram os comandantes das polícias militares, e os colocaram como forças auxiliares das forças armadas.

Verdade também é que, no artigo nº 144, há uma brecha ao formular que a segurança pública é um dever do estado, mas de responsabilidade de todos, mas aí pouco se avançou.

Quando se constitui essa figura do policial, a primeira hipótese de trabalho que quero trazer é de que ainda não existe um policial na sociedade brasileira, estamos num processo de constituição de uma identidade profissional do e da policial, seja militar, civil, guarda municipal, segurança privada, rodoviária, ferroviária – que não sei se

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

ainda existe –, por quê? Porque, se, na realidade, lembrarmos, os ciclos de greves que houve nas polícias neste País, em 1997, 1999, 2000, 2001 e que até perdura, pois deve haver alguma polícia em greve, as várias greves da polícia federal – e com os meus alunos conseguimos juntar mais de três mil notícias de jornal em dez estados, em poucas lutas sociais houve tanta dramaticidade, houve tiroteios entre polícias em Belo Horizonte, Alagoas e Ceará, comandantes foram baleados, na Bahia os líderes das greves foram enviados para o manicômio judiciário.

Essas greves foram fundamentais, é evidente que havia o aspecto do salário, que era mais ou menos a ponta do *iceberg*, por trás disso estava, por exemplo, a questão dos regulamentos.

Portugal e Espanha mudaram seus regulamentos, nós, um dia, ainda seremos um grande Portugal, ou seja, como fazer instituições disciplinares e hierárquicas sem afrontar a dignidade humana, como dizia uma policial em Lisboa: “Por que um pai de família de 40 anos tem que dizer a seu filho que ficou preso porque o sapato estava fosco ou o cabelo estava despenteado por alguma ventania?”

As greves tiveram esse efeito, como todas as greves elas construíram e constituíram identidades profissionais, mas eu acho que a própria recorrência das greves mostra que a própria profissão de policial ainda não está construída socialmente neste país.

Eu queria apenas mencionar que na pesquisa que faço atualmente, junto a meus pesquisadores, sobre as escolas de academias de polícia, em várias oportunidades já visitamos mais de vinte academias de escolas de polícia no Brasil, duas em Buenos Aires, na Suécia, em Portugal e na Espanha, dizer que as escolas de academia de polícia fazem tudo, menos formar policiais, eu já havia dito isso num encontro da Associação Nacional dos Chefes de Polícia.

Não precisam ficar bravos comigo, podem ficar bravos com o Subsecretário Nacional de Segurança Pública, Delegado Rubinho que

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

disse, aqui em Porto Alegre, que a academia da polícia federal o tinha deformado.

Todas as academias nos deformam, sejam públicas, privadas, policiais ou não.

Algo muito semelhante ocorreu com as universidades, eu tive a honra de dirigir seis greves nacionais de professores universitários, ainda no tempo da ditadura, quando era mais jovem.

As greves das universidades serviram para construir uma identidade docente universitária, porque não se tratava apenas de uma questão salarial, mas uma questão de dignidade e afrontamos os militares.

Qual a semelhança entre universidades públicas federais e polícias? A luta social construiu sociabilidade e identidades.

Daí fomos às academias, primeiro percebemos que desde a conferência da ONU, em 1993, até o Fórum Mundial de Caracas, neste ano, houve, pelo menos, mais de quarenta ou cinquenta reuniões mundiais sobre a crise das polícias, não é só no Brasil ou no Rio Grande do Sul, há um espraiamento da tentativa de pensar a questão da segurança, de discutir o conceito de segurança pública e discutir o que significa a noção de segurança cidadã no limite.

Que sociedade queremos para os nossos filhos e filhas? Que tipo de controle social formal e informal queremos? Isso é escondido, é como quando se trabalha com a violência, ela nunca está porque é sempre invisível e é muito mais eficaz como tecnologia social de dominação já que é invisível nas escolas, nas famílias, nas polícias, nas universidades.

Tornar visível isso é que me parece o transformar algo, escondido, porém, fundamental em algo público, portanto central para o futuro da nossa sociedade.

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

Nessas mais de 50 reuniões internacionais que houve, sendo algumas em Porto Alegre, se discutiram, por exemplo, as transformações na sociedade contemporânea, as novas formas do crime, a expansão da violência difusa, as novas violências contra grupos em vulnerabilidade, a violência homofóbica, a violência contra as crianças e os idosos, a violência das mulheres contra os homens, dos homens em relação às mulheres.

Discutiram-se as várias formas de vitimização ou de sobrevivência dos pobres, dos indígenas, dos negros, dos pardos, das minorias étnicas, as gerações de direitos humanos, de direitos dos policiais, por exemplo, que, quando, muitas vezes, por algum motivo, cometem algum ato ilícito caem em ostracismo dentro das próprias corporações. Há trabalhos muito interessantes que orientei sobre isso aqui na Brigada Militar.

Discutiu-se, em terceiro lugar, a potenciação da sociedade civil, o envolvimento das comunidades locais e a construção ou o relembrar – isso estava em Hobbes, nos autores contratualistas dos séculos XVII e XVIII – a segurança como um direito constitutivo, a segurança não como algo adicional, a segurança não como um muro que separa os ricos dos pobres, os brancos dos negros, os negros dos indígenas, os homens das mulheres, aqueles com as várias orientações sexuais, mas a segurança como um direito constitutivo da modernidade.

Entretanto, por que tantas discussões a partir do final do século XX? O professor Pedro Montenegro antes citava o grande Boaventura de Souza Santos, de quem tantas vezes se falou nesta sala, exatamente porque esse direito ou essas quatro gerações de direitos humanos ficaram inconclusas e porque a modernidade não conseguiu realizá-las, ou diria em outras palavras, a profissão de polícia, de agente penitenciário, de guarda municipal, de guarda da minha universidade, das seguranças privadas são profissões inconclusas na sua identidade.

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

Talvez por isso se usem tanto estas palavras do ponto de vista não-condizente com nenhuma profissão: treinamento, adestramento, formação. É preciso falar em educação policial, em educação dos profissionais de segurança exatamente porque, assim como a modernidade não conseguiu realizar as quatro primeiras gerações de direitos humanos, todo um resto de direitos não realizados, toda uma poeira de garantias não afirmadas estão aí para serem feitas. Daí talvez tenhamos que pensar numa quinta geração de direitos humanos, a geração da (ininteligível), que aponte para uma segurança pública cidadã, que aponte para profissionais educados, e não apenas treinados ou adestrados.

Nesse sentido, as várias pesquisas que fizemos nas escolas e academias de polícia mostram basicamente – e para ser muito rápido porque não tenho tempo de fazer a demonstração, mas poderia fazer se quisessem – que quantificamos horas-aula em pelo menos 11 academias e agora talvez em mais 10, percebemos três grandes tipos ideais que, às vezes, se misturam: uma orientação técnico-profissional, uma orientação militarista e jurídico-penalista e uma orientação de formação integrada e complexa em segurança pública.

A primeira – e o exemplo melhor talvez seja os carabineiros do Chile e a Academia da Polícia Federal de Brasília – enfatiza os aspectos técnicos e operativos nos cursos dos diferentes níveis, mas enfatiza muito também tecnologias policiais e muito pouco a parte de gestão pública e, de modo insignificante, cadeiras ou matérias na área de ciências humanas.

Uma segunda orientação, talvez mais comum, é o que chamo orientação militarista e jurídico-penal. Neste caso, há uma predominância de tecnologias policiais; no caso das escolas de polícia, há uma repetição. A minha geração usava alguma coisa chamada máquina de escrever que talvez poucos aqui ainda conheçam e usávamos então papel carbono e toda cópia era em papel carbono. Era uma cópia imperfeita, tinha nódoas.

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

Então, olhando as escolas de Polícia Civil pelo Brasil afora são uma cópia em papel carbono de um curso de Direito com uma formação dogmática do Direito, que enfatiza a tradição do Direito Positivo, da Antropologia Criminal lombrosiana e tipológica, quer dizer, que menospreza toda e qualquer razão crítica do Direito. E a parte daquilo que vemos nos filmes de televisão, desde o Comissaire Maigret ou Madame Lescot ou aquelas policiais inglesas indutivas à la Sherlock Holmes muito pouco de investigação policial, muito pouco sobre a cena do crime, a localização, o congelamento da cena do crime, muito pouco de mediação de conflitos e ênfase num Direito Administrativo, num Direito Jurídico completamente ultrapassado e uma pequeníssima presença, salvo exceções, das ciências humanas.

O magnífico livro da professora Alba Zaluar – *A Integração Perversa* – aquilo mostra do culto do herói nas faces do crime organizado em alguns Estados brasileiros, aparece como mímese invertida nas escolas de polícia. Vivemos o culto do policial herói, o culto do policial que sabe atirar. Há 15 anos dou aula para policiais e aprendi muito com eles, inclusive que, quem tira 10 na aula de tiro, é quem atira no coração ou na cabeça.

No atual curso que damos que faz parte da Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública – Renaesp –, temos 40 policiais e temos professores de tiro da escola de polícia que têm uma visão completamente diferente. Eles falam, por exemplo, em tiro de contenção.

Na Academia de Polícia da Catalunha, o professor é um campeão olímpico de tiro, há uma aula de Deontologia do uso da arma a cada aula, a cada sessão. Em várias polícias do mundo, uma cápsula deflagrada requer um relatório específico. No Brasil e talvez na América Latina, a arma é usada como símbolo fálico por homens e mulheres, civis e paisanos, militares ou não militares. É preciso então perceber, mas, por outro lado, nas academias de polícia existe toda uma estética militar.

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
**DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

Cheguei a tantas horas-aula para atividades complementares como fazer a cama, tomar banho em cinco minutos, pentear o cabelo em meio segundo, fazer parada, fazer demonstrações. Geração que ainda conheci, coronéis tinham aqueles cursos de formação de guerrilha, que tinha uma história final que era a galinha solta, alguma coisa assim, que depois eu conto, em privado.

Em suma, novamente, se toda a literatura mundial diz que 70% das atividades da polícia ostensiva não são criminais em primeira instância, são conflituosas. Vi pouquíssimas horas dedicadas à mediação de conflito; vi pouquíssimas horas dedicadas, por exemplo, à psicologia das violências e às relações interpessoais. Isso parece um outro mundo, enquanto que marchamos para quê? Muitas vezes, as marchas são labirínticas, porque não saem de nada, nem levam a nada. Esquece-se, por exemplo, de toda uma parte de gestão pública; há uma enorme valorização de uma cultura jurídica. Perguntaria: para quê?

Neste Estado, foi aprovada uma nova lei, 97, para a Brigada Militar, que contém aspectos interessantes, porque faz com que as pessoas entrem para as academias de curso superior e, lá, permaneçam por dois anos. Já há inclusive alunos desse novo tipo de formação. É um pouco parecido com a Escola de Polícia de Estocolmo, que só recebe pessoas a partir de 25 anos, tendo, como um dos itens de seleção, uma vida associativa, porque o ofício de polícia é um ofício social, justificou-me, *in loco*, um diretor. Essas pessoas, assim, devem ter uma vida associativa.

Quando o coronel Brenner, então diretor da Escola de Polícia, chamou aqui os professores do Instituto de Filosofia de Ciências Humanas, do qual era diretor, disse uma frase que tenho que citar: *Que o ofício de polícia é muito complexo para ser orientado na perspectiva penalista*. Infelizmente, acredito eu que isso não é seguido em 90% das escolas de polícia de oito países da América Latina, pelo conhecimento que tenho.

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

Para concluir, houve algumas experiências de formação integrada. Primeiro, em Minas Gerais, o Estado em que, desde 1985/86, a Polícia Militar estabeleceu um convênio com a Universidade Federal e, depois, com a Fundação João Pinheiro, para a realização de pesquisas interessantíssimas. A Polícia Militar chegou a financiar um mapa georeferenciado de todo Estado, por delito. A partir daí, produziram CD, bem como introduziram a cultura de sistemas de informação georeferenciados, como instrumento de gestão.

Era o pró-reitor de pesquisa da UFRGS, e fomos procurados pelo então tenente-coronel Verlaine, a quem queria de público manifestar a minha admiração, e, pela primeira vez, entravam cinco oficiais fardados da UFRGS e saíam sozinhos. Só os cinco. Ele disse a seguinte frase: *A Brigada Militar da minha geração foi educada por uma ditadura; nós queremos agora educar a Brigada para uma democracia.* Isso aconteceu em outubro de 1992.

Felizmente, muito passou-se desde então. Tivemos, professores da UFRGS e de outras universidades, dando aula para os cursos superiores da Academia da Brigada Militar. Depois, tivemos a experiência do governo Olívio Dutra, no qual, junto com a Secretaria da Justiça e da Segurança, com o secretário Bisol, formamos um grupo de 90 professores. Demos aula para três mil jovens policiais. Jovens que entravam na Brigada, 20 na Polícia Civil e 10 em serviços penitenciários. Isso durou dois anos.

Curiosamente, no atual governo, até onde conheço, houve a formação de um currículo único, que é dado separadamente, mas um currículo único, básico, tanto na Polícia Civil como na Polícia Militar. E houve duas outras experiências muito interessantes no Estado Ceará, no governo Jereissati, entre outras coisas, a criação de um distrito modelo, Brigada Militar e Polícia Civil no mesmo prédio; mas também conselhos municipais e regionais de segurança. Em Porto Alegre, foi feito. Já há uma ONG que representa a UFRGS, desde a gestão de Raul Pont e Helena Bonumá, que contempla isso; mas também existem convênios

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

com as universidades, tanto na Universidade Federal do Ceará como na Universidade Estadual do Ceará, as quais estão chegando a fazer um *campus* virtual de formação em segurança pública.

Como penúltima experiência, lá em Belém do Pará, fizeram um instituto em que tentaram reunir todas as unidades de formação: bombeiros, Polícias Militar e Civil. Essa é uma tentativa de unificação, embora ainda não de forma plena. Talvez, como última experiência, seja o terceiro curso de especialização de pós-graduação em segurança pública implementado pela UFRGS. Já fizemos isso em 1994/95. Até então, não conhecíamos muito bem o assunto, mas, assim mesmo, conseguimos formar 40 especialistas. Repetimos em 2004/05, formando mais 40, e, depois, por intermédio da generosidade do professor Ricardo Balestreri, entre outros, conseguimos organizar a Rede Nacional de Curso de Especialização em Segurança Pública – Renaesp.

Nesses quatro cursos ministrados, até por serem universidades, recebemos alunos, desde que possuam curso superior, de qualquer nível hierárquico. Chamamos as pessoas dos movimentos sociais, Sem-Terra, Nuances, etc. Portanto, todos os movimentos estão lá representados. Essas pessoas reúnem-se, discutem, e acredito que estejam tendo uma experiência, no mínimo, interessante.

Proibimos, por exemplo, o xerox, por trata-se de um crime contra a propriedade intelectual, e as pessoas estão lendo vários livros, como o do Mariano, do Rolim, e outros tantos que foram publicados pela USP e pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, num trabalho conjunto com o Senasp, o que resultou na produção de 10 livros como material didático para essa rede nacional.

Isso ocorre também curiosamente na Argentina. Lá, na Província de Buenos Aires, que possui fama de muita truculência, resolveram criar uma polícia dois, uma polícia comunitária. Toda ela formada na Universidade de Llanos, com corpo de professores. O inverso, mas que

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

dá no mesmo, acontece com a Polícia Federal de Buenos Aires, composta por 44 mil homens e mulheres, que atuam sobre Buenos Aires, mas também, em alguns casos, em suas províncias. Há uma universidade, portanto, da Polícia Federal de Buenos Aires. Na América Latina, outros exemplos repetem-se.

Está acontecendo um processo de transição, de uma geração que foi forjada no autoritarismo, no militarismo e juridicidade obsoleta, para a formação, a educação e construção de uma nova profissão de policial, com toda a complexidade, com toda a responsabilidade, com toda a dignidade, que essa profissão requer, mas que ainda não há completamente.

Entretanto, já que vivemos tempos pós-modernos, a ordem e o progresso não estão mais garantidos. Talvez nem sequer na bandeira. Por quê? Porque exatamente temos uma conflitividade de orientações. Muitas vezes, tal conflito de posições não é explicitado. Em algumas academias de polícia que conheci, as pessoas diziam: *Não, aqui é muito bonito; a gente até estuda direitos humanos, e tal.* Agora, aprende-se a ser policial lá na delegacia, lá, no quartel, lá, na rua.

Entrevistamos 71 policiais, em sete Estados brasileiros, há dois anos, em uma outra pesquisa, e é unânime a queixa de que as escolas de polícia não possuem corpos docentes profissionalizados. Por vezes, são pessoas aposentadas, ou é um segundo emprego, etc., e, em alguns casos, há convênios com universidades.

É preciso que estudemos essas diferentes opiniões, que tenhamos a paciência infinita, chinesa ou guarani, de ler os currículos, de contar as horas, de olhar as bibliografias e de perguntar a alunos e professores: vocês gostaram desta escola, desta academia?

Não sabemos o rumo dessa transição, que pode ser labiríntica, pode ser circular e certamente não é linear, porém é preche de significados e de capacidades de inovação.

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

As universidades, através das lutas sociais dos últimos 20 anos, conquistaram uma dignidade enorme, e talvez possamos, em conjunto também com as universidades públicas federais e as polícias, criar uma educação policial que incorpore a dignidade humana e que valorize esses profissionais na construção de um novo patamar civilizatório na sociedade – este é o nosso compromisso. Certamente é esta a esperança que nos move. Obrigado.

**O SR. COORDENADOR** (Carlos Roberto Santana da Rosa) – O professor José Vicente toca num ponto fundamental da discussão sobre a segurança pública: a situação dos trabalhadores desse setor. Há de se cobrar sempre das polícias, e cada vez mais, sem dúvida nenhuma, a eficiência, a eficácia, a racionalidade, a probidade, a absoluta obediência às leis. A valorização profissional dos agentes de segurança pública, sejam eles policiais, agentes penitenciários, peritos ou guardas municipais, deve sempre ser levada em conta.

Antes de ouvirmos o próximo palestrante, vamos ver e ouvir mais um conjunto de depoimentos de representantes de organizações sociais sobre o tema segurança pública.

(Procede-se à apresentação por *datashow*.)

**O SR. COORDENADOR** (Carlos Roberto Santana da Rosa) – O próximo palestrante do Eixo III – Segurança Pública: Formação, Controle e Alternativas é o Dr. Ricardo Balestreri, educador, especialista em Psicopedagogia Clínica, diretor do Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, Membro do Comitê Nacional de Educação para Direitos Humanos da Secretaria Especial de Direitos Humanos.

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
**DATA: 12-07-2006 – TARDE**

### **SEM REVISÃO**

**O SR. RICARDO BALESTRERI** – Muito boa-tarde a todos!

Nestes breves 30 minutos, não podemos nos dar ao luxo de gastar muito tempo, mas não posso evitar de dizer que me sinto muito honrado com meus companheiros de mesa.

O Carlos Roberto Santana da Rosa fez história e deixou saudades na CENASP – e sei que continua fazendo história como secretário de Segurança do Município de São Leopoldo –; a Regina Miki, a qual já tive algumas vezes o prazer de ouvir falar, e hoje irá dividir seu conhecimentos conosco novamente.

A Regina nos mostra claramente que a questão da segurança pública, no Brasil, tem jeito. A par de também ser uma militante histórica dessas questões relacionadas à segurança e aos direitos humanos, a Regina nos traz uma verdadeira lufada de esperança, e isso é reconhecido inclusive por pessoas dos mais diversos partidos.

Há pouco tempo, li um trabalho do Túlio Khan, em que ele faz muita menção também à ação que vocês têm, que é complexa e às vezes a mídia simplifica, mas vocês poderão ver como isso é interessante e mostra que o Brasil tem jeito.

E também faz parte da mesa o José Vicente Tavares dos Santos, velho companheiro de militância, do Rio Grande do Sul, e que é uma referência nacional e internacional nas áreas da segurança pública e dos direitos humanos. Ele teve a coragem de ser um precursor, é um dos, aqui no Brasil, que começaram a derrubar as barreiras, eu diria, esse *apartheid* que separava a universidade da polícia e percebeu a importância que tem a polícia num contexto democrático.

Eu queria pedir licença ao presidente. Tenho uma inexplicável incapacidade de argumentar muito sentado. Por isso, preciso fala de pé.

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

Quero dizer que me sinto muito satisfeito de voltar a minha terra, ao Rio Grande do Sul. Agradeço a presença de todos aqui. Isso tem um significado histórico. Certamente não estamos aqui só assistindo a um seminário. Vamos sair daqui motivados para a formação de redes e de ações cidadãs que são as que efetivamente podem transformar a história do nosso País.

Se me permitem, quero começar com uma provocação muito fraternal e intelectual. Comecei a minha militância por direitos humanos em 1977. Minha função hoje, como diretor da Senasp é cuidar dos programas de educação, como muito bem disse José Vicente Tavares dos Santos, de pesquisa, de análise e de informação em relação às polícias brasileiras. Muitas pessoas me perguntam como fui parar na área de segurança, vindo de uma militância de quase 30 anos em direitos humanos. Sei que Pedro Montenegro, se estiver aqui, entre outros, se identificará muito com o que vou dizer. Já há bastante tempo, acordei e me dei conta de que numa democracia é imprescindível a polícia e que, além de imprescindível para a sustentação da ordem democrática, a polícia tem – e Carlos Roberto Santana da Rosa lembrava muito bem isso – um papel fundamental como promotora de direitos humanos.

Um dos embriões da polícia ocidental é a força pública na França. Nos estatutos da força pública francesa diz muito claramente: *A força pública é constituída para promover os direitos das pessoas*. Portanto, seu objetivo não é meramente respeitar, numa dimensão passiva e legalista, o que já seria bom, mas muito mais do que isso, promover direitos.

Minha saudação a cada um de vocês. Particularmente, nessa saudação, quero incluir as colegas e os colegas policiais que sei que aqui estão em grande número presentes, porque, evidentemente, essa é a postura que tem que ter a polícia, que é civilizatória, de construção de uma civilização nova.

Sempre digo que das categorias de impacto social, do ponto de

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

vista quantitativo e qualitativo, há três categorias que são fundamentais na transformação de um país: os agentes de saúde, os professores e os operadores de segurança pública – guardas municipais, bombeiros, policiais civis e militares. Essas três categorias não abandonaram a população. Esses são os emblemas do poder público ainda presentes em meio ao povo. Agora, qual é o impacto qualitativo dessa ação? Isso é o que temos que discutir.

Eu disse que iria começar com uma fraterna provocação. Já anunciei antes as minhas quase três décadas de direitos humanos para poder fazer à vontade essa provocação. Às colegas e aos colegas da militância por direitos humanos: temos que ter um pouco de cuidado quando falamos em polícia, porque, às vezes, generalizamos. Há policiais e policiais, há advogados e advogados, há juízes e juízes, há médicos e médicos. Se, de maneira geral, fazemos uma crítica à instituição policial, podemos cometer um deslize, em contexto de democracia, que é não perceber que, num quadro democrático, sem a atuação policial, estaríamos nas mãos do crime organizado, não só aqui no Brasil, como no mundo inteiro.

Então, esse discurso que às vezes temos a tendência de fazer, anos 60, atacando a polícia em bloco, é equivocados. É uma impercepção de que já vivemos num contexto democrático e que, na democracia, precisamos de polícia. Sou insuspeito – direi isso a vocês – para falar nisso, porque já apanhei muito da polícia. Já dei entrada no Pronto Socorro aqui por ter apanhado da polícia. Meu chefe, que é uma pessoa extremamente lúcida, é um policial federal. Já enfrentei dois anos de processo na polícia federal, conheço todas as mazelas de brigar com a polícia. Agora, penso que temos que ter maturidade para perceber que vivemos, mal ou bem, numa democracia imperfeita. Como disse ontem, uma democracia imperfeita é melhor do que a melhor das ditaduras. Temos que perceber que temos que construir essa democracia irmanados com a polícia, com a polícia democrática e construtora de direitos humanos e de civilidade.

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

Só digo isso porque senão fazemos um discurso excludente. Ao invés de incluirmos a polícia, sempre a afastamos e depois nos queixamos que a atuação policial não corresponde aos anseios democráticos. Sei que há muitos desvios de curso da atuação policial, assim como acontece em todos os tipos de profissões.

No entanto, precisamos convidar os bolsões qualificados, democráticos e promotores dos direitos humanos para que contaminem, positivamente, a cultura das suas organizações policiais, guardas municipais, bombeiros, agentes penitenciários, e assim por diante.

Quero começar com um convite a uma reflexão. Ontem eu falei rapidamente a esse respeito, mas quero lembrar o Paulo Freire, que para esse público é bastante conhecido. Mas, lamentavelmente, Paulo Freire, é muito menos divulgado no Brasil do que em outros países.

Acredito que ele é o intelectual brasileiro de maior referência internacional de todos os tempos, que me perdoem aqueles que pensam que foi Rui Barbosa. Mas Paulo Freire tem mais relevância do que qualquer outro intelectual brasileiro.

Paulo Freire tem relevância pela sua simplicidade. Ele sempre alertava – e eu também quero alertá-los pois comecei informalmente – os professores, palestrantes e platéias que deveriam desconfiar de quem fala difícil. Ele dizia que quem falava difícil só o fazia por duas possíveis razões: a primeira porque não sabe bem do que está falando, então complica; e a segunda, a mais provável, é que sabe bem do que está falando, domina o assunto, mas morre de medo que os outros entendam.

Então, a fala hermética é uma fala violadora de direitos nesse sentido, porque direitos humanos começa pela preservação de uma linguagem democrática, que para todos seja compreensível.

Estou fazendo esse preâmbulo para ilustrar essa fala tão simples, que pretendo fazer, tão pé no chão e tão direta, que espero não perder o

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

conteúdo. Mas quero começar com uma metáfora para ilustrar esse assunto.

A Comissão de Cidadania e Direitos Humanos está de parabéns pelo sucesso de sua iniciativa. Temos percorrido o País inteiro e é muito difícil vermos um evento dessa representatividade, como o de hoje.

Infelizmente o País está ficando cansado e as discussões estão se banalizando, mas um evento como esse é um marco. Voltando à metáfora, quero formulá-la para nos motivarmos. Quem estuda o cérebro sabe que as metáforas são muito expressivas, elas mexem com os hemisférios esquerdo e direito. Passa-se a ter mais facilidade de lembrar e refletir-se a respeito, mas de preferência as não futebolísticas, porque essas já cansaram. Porém há outras que podem ilustrar coisas importantes, como um evento como este.

Vocês devem conhecer a metáfora do caçador que pela manhã passou por uma mata cerrada e viu um lenhador batendo com um machado no tronco de uma vigorosa árvore centenária. O caçador passou o dia caçando e quando voltou viu que o lenhador continuava, vigorosamente, suado e extenuado batendo no tronco da árvore, mas não tinha chegado nem na metade.

O Caçador parou, pensou um pouco e disse ao lenhador: *Meu amigo, com licença, posso lhe fazer uma sugestão? Passei hoje pela manhã aqui e vi que o senhor fazia um grande esforço para derrubar esta árvore. Agora, à tardinha, vejo que o senhor ainda não derrubou a árvore. Eu reparei que o machado está sem fio e eu lhe sugiro que o afie.* O lenhador dá uma gargalhada e disse: *Olha, senhor, eu sou um homem muito ocupado, não tenho tempo; e continuou batendo.*

Essa metáfora me lembra um pouco o que estamos fazendo na segurança pública. Ficamos extenuados, batendo com o machado da violência e da criminalidade, mas já sem tempo de afiá-lo. Está incrustrado na segurança pública uma cultura absolutamente destrutiva, que é a coisa antiintelectual.

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

Há muito tempo, dei um curso sobre direitos humanos para policiais do Rio de Janeiro. A primeira coisa que dissemos é que ali poderíamos falar tudo que pensássemos. Terminei de dizer e um policial levantou a mão dizendo que queria aproveitar para dizer que só estava ali porque o seu chefe o obrigou. Que tinha muita coisa para fazer, era muito ocupado e não tinha tempo para perder com baboseiras.

Felizmente, no final do curso, como ele gostou, pediu desculpas e explicou que só tinha tido uma formação, a inicial. Disse, ainda, que estava há 20 anos no serviço e nunca mais foi chamado para fazer curso algum, para refletir sobre algo.

Peço que me perdoem se parecer paranóia, mas há um comportamento das elites, ao longo da história deste País, que foi encucada na cabeça dos operadores de segurança pública, que a tarefa deles não é pensar, ou seja, que o operador da segurança pública deve operar o que a elite determinar.

Nessa mesma linha, o policial que pensa é um policial perigoso. A ordem é que não pense, mas execute o que for mandado. Isso é muito complicado porque internalizou e, às vezes, de uma forma orgulhosa. Ora, se a ignorância já é triste, muito mais a ignorância orgulhosa.

Há policiais que dizem que se orgulham porque não pensam: orgulho-me por não ter tempo a perder afiando machado; orgulho-me por estar batendo desesperadamente, há bastante tempo, sem derrubar nada.

O que estamos fazendo aqui é isso: motivando-nos para afiar o machado. Se não tivermos a coragem de cortar com muita precisão esse tema da segurança pública e analisar bem por dentro, não chegaremos a lugar algum porque estaremos repetindo os mesmos lugares comuns, que há décadas batizamos como *o mais do mesmo*.

Há décadas nós estamos fazendo *o mais do mesmo* e as

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

estatísticas comprovam que os resultados são pífios de maneira geral, com algumas exceções como, por exemplo, o caso que vocês ouvirão da Regina e de outros Municípios. Se continuarmos a fazer sempre a mesma coisa, sempre chegaremos ao mesmo lugar.

Reproduzindo o que já foi exposto antes, a questão da inteligência é fundamental. Afiar o machado é buscar inteligência no campo da segurança pública.

Mas minhas amigas e meus amigos da polícia civil, faço um convite a todos para que nunca reduzamos o conceito de inteligência à mera inteligência investigativa. Essa é apenas uma parte importante da inteligência.

Inteligência policial ou inteligência para os guardas ou bombeiros, para todos que atuem em segurança pública, tem que ser também a humanística, inteligência estratégica, compreensão do quadro onde atua, das mazelas sociais, complexidades das dificuldades e das estratégias mais corretas para se chegar a um lugar. Isso é inteligência.

Pegando um gancho que o Mariano deixou, quero repetir: quando afiamos um machado, estamos tratando de olhar para a segurança pública com um olhar menos estúpido, menos bronco. E não estou falando só da polícia, estou falando do conjunto da sociedade. Nós somos profundamente brocos quando analisamos a segurança pública.

Tentamos encontrar soluções simples para questões complexas, e acabamos por cair facilmente no simplismo, principalmente quando acontecem crises, como a que está sendo levantada pelos tristes acontecimentos de São Paulo, e que fazem o País inteiro arder nas soluções brancas e pouco inteligentes.

Acho que o convite inicial é para pensarmos no que deu errado. Estamos aqui tentando encontrar alternativas e para isso é preciso saber o que deu errado na segurança pública deste País.

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

Deve haver alguma coisa, historicamente, muito errada que não nos ajuda a superarmos definitivamente os nossos impasses.

Quero dizer para vocês e para mim também, que a primeira coisa que deu errado é uma questão que não repousa no seio dos operadores diretos de segurança pública. O primeiro ponto a analisarmos é a cultura social, profundamente equivocada em relação à violência e à insegurança.

O que deu errado em relação à segurança pública somos nós e a nossa maneira de pensar como povo brasileiro. Nós somos, evidentemente um povo querido e cheio de qualidades, mas somos também um povo sebastianista. Meu velho e falecido pai dizia que quem sai aos seus não puxa aos estranhos.

Com todo o respeito aos nossos antepassados portugueses, mas somos um povo sebastianista. Quem gosta de história deve saber que Dom Sebastião foi um querido rei que se perdeu na África, e nunca mais voltou. Juro para vocês que até hoje tem gente, em Portugal e no Brasil, que olha o horizonte esperando a volta de Dom Sebastião, que irá nos salvar de todos o problemas.

Mas, na verdade, essa é a forma mais grotesca de sebastianismo. Porém há uma forma mais refinada, que subjaz nas nossas cabeças, a idéia de que alguém, um dia, virá para resolver os nossos problemas.

Nós já tivemos vários Dons Sebastões, pessoas e instituições na nossa história. E não sei em que dia descobriremos que temos que arregaçar as nossas mangas e nos salvar nós mesmos porque nenhum governante, lá de cima, virá resolver os nossos problemas. Os que estão no poder lá de cima podem nos ajudar eventualmente, mas só nós é que resolveremos os nossos problemas com o povo brasileiro.

Esse quadro do sebastianismo influi profundamente na

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

insegurança e na violência social. Por quê? Porque enchemos a boca dizendo que as coisas não mudam devido ao exemplo que tem de vir de cima.

Digo para vocês a não repetirem, como repeti há muito tempo essa ingenuidade, o exemplo não tem de vir de cima, mas de baixo. Se você esperar que o exemplo venha de cima, sente-se, deite-se e morra porque você não verá isso acontecer. Há 500 anos esperamos que o exemplo venha de cima neste País, mas não vem. Na lógica histórica, o exemplo sempre vem de baixo. Os povos se libertam e os povos se desenvolvem são os povos que criam malhas de engajamento cívico e onde o exemplo surge precisamente a partir desse engajamento popular, dessa inserção popular como fazedores da sua própria história.

Se estamos esperando exemplos de cima, na segurança pública também esperamos que as coisas mudem – permitam a singeleza de novo que vou dizer – sem que às vezes cumpramos o nosso papel: o nosso papel de pais, o nosso papel de mães, o nosso papel de parentes, o nosso papel de professores e de professoras, sem que exerçamos o nosso poder lá onde estamos e temos influência.

É praticamente uma obviedade, mas vale resgatar o óbvio aqui e dizer que estamos, cada vez mais, profundamente diante de gerações de crianças e adolescentes abandonados do ponto de vista de formação moral, abandonados pelas famílias que sempre depositam os seus filhos na escola, abandonados pelas escolas – que acham que a sua função é de meras transmissoras de conteúdos – e abandonados a própria sorte junto à mídia.

A Unesco, na sua famosa obra *Criança e a Violência na Mídia*, nos dá conta que uma criança brasileira passa em média 28 horas por semana diante da televisão. Nossas crianças vêem mais TV do que as crianças norte-americanas as quais passam em média 21 horas.

Pasmem, o que é surpreendente saber é quanto tempo em média

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

essas crianças conversam com os seus pais: 38 minutos por semana, diante das 28 horas em frente à televisão.

É importante que sejamos objetivos que quem materna as novas gerações não são mais os pais, nem as mães e nem os professores e as professoras, mas a televisão com os seus conteúdos perversos de maneira em geral. Não estou aqui defendendo censura, nada disso. Vamos ser francos e objetivos. O conteúdo é perverso do ponto de vista de violência explícita, dos preconceitos embutidos dos chamados programas humorísticos, enfim, em quase tudo com algumas raras ilhas de excelência e de exceção.

Então, não é estranho que a violência seja tão grande. É uma sociedade dominada pela religião do consumo. Eu como cristão lamento dizer isso que a religião dominante no nosso mundo não é o cristianismo, mas o consumismo. Os templos não são as igrejas, mas os *shoppings*.

Não sou contra o *shopping*, brincando um pouco.

Falei isso numa palestra para pais e mães em Minas Gerais,. Não tive o que fazer à noite em Belo Horizonte, resolvi ir ao *shopping*. Adorando os deuses, porque hoje não estão nos altares, estão nas vitrines. De preferência, é necessário que se tenha uma interação com Deus e levá-lo para casa, mas se não grana, adoramos e isso já alguma coisa boa. E adorando os deuses na vitrine, à noite no *shopping*, senti uma mãozinha no meu ombro, quando virei para ver quem era, uma senhora exclamou: *Nunca pensei!* Perguntei: *A senhora nunca pensou o quê?* Ela disse então: *Encontrá-lo num lugar desses. Eu estava na palestra hoje à tarde. O que o senhor está fazendo aqui?* Ao que respondi: *A mesma coisa que a senhora.*

O problema não é consumir, o problema não é ter conforto, o problema é que temos uma religião do consumo, uma religião do Nike.

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
**DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

Há um episódio, que vocês conhecem, de uma jovem egressa na faculdade de jornalismo que foi entrevistar um grande publicitário brasileiro. Dizem que o bloquinho tremia nas mãos. Ele é um grande gozador e nem levantou os olhos. Ela pigarreou ao lado dele em pé ao lado da mesa, ele sentado e escrevendo. Ela pediu com licença e ele respondeu: *Pois não minha filha, vá falando porque não tenho tempo a perder.* Disse ela: *Temos uma entrevista, publicitário.* Ele pediu que fizesse a primeira pergunta. *O que o senhor achou da campanha de lançamento do último modelo do tênis Nike?* Aí, ele faz o teatro dele: bate à mesa, revira os olhos: *Dobre a língua, mocinha atrevida. Eu disse alguma coisa errada,* falou a estudante. *Evidentemente, você disse uma heresia. De quê você chamou o Nike?* Ela respondeu: *De um tênis. Não é?* O publicitário esclareceu: *Mas evidentemente que não. Você é muito jovem e inexperiente, minha filha. O Nike é um estilo de vida, não se refira a ele como um tênis.* A jovem disse então que ficaria muito complicado descrever para os seus leitores. *Mas é que você é apurada e não ouviu tudo. Ouça a voz da sabedoria e da experiência. Aproveite que estou num bom dia. O Nike não é só um estilo de vida; o Nike é uma filosofia. Agora danou-se,* disse ela, *como vou explicar isso?* Ele continuou: *Bem, então espere que eu vou lhe dizer numa frase, não apenas o que é o Nike, mas o que é a vida. Você está pronta para entender numa frase o sentido da vida?* *Pois não,* disse ela num tom grave. *Minha filha, o Nike não é apenas um estilo de vida, não é apenas uma filosofia. O Nike é uma religião, e quem não for dessa religião não será salvo.*

É isso. Essa é a religião que atinge os que moram nas favelas e nos bairros mais elegantes. Destrói a vida e as perspectivas existenciais de todo mundo.

E nós achamos estranho tanta violência; e nós achamos estranho quando o sujeito vai para perto do Colégio Farroupilha ou do Colégio Anchieta e rouba um Nike com violência.

Vivenciei um grande drama ao proferir uma palestra, numa capital. Quando dei esse exemplo um casal, que estava na minha frente,

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

começou a chorar. Depois, fiquei sabendo que eles haviam perdido um filho em um assalto para lhe roubar o tênis.

Mas é estranho que a gente estranhe, porque de que vale a vida sem um Nike? De que vale a vida sem aquele bermudão de marca quase caindo e sem aquele boné, que nem lembro o nome? A vida sem isso não vale nada.

Então, numa primeira dimensão, eu quero dizer que nós precisamos deixar de ser sebastianistas. A crise da segurança pública passa por nós, passa pela nossa alienação, pela nossa complacência, pela nossa ausência moral, pela nossa confusão entre educação e escolarização, que não são a mesma coisa.

Precisamos escolarizar o povo. Sim, mas podemos escolarizar todo mundo e as pessoas continuarem deseducadas. Educação passa, necessariamente, por uma perspectiva de valores e de convivência. Precisamos lembrar disso.

Um segundo elemento, é que nós temos um problema muito sério: Além do sebastianismo, da espera, da ausência da sociedade na educação das jovens gerações, nós temos a lógica popular da eliminação.

As pessoas acreditam que podem acabar com a violência ou crime os eliminando; e essa atitude contamina as nossas polícias. Por exemplo, o juízo dos militantes dos direitos humanos é muito duro com a polícia. E tem que ser para com os policiais que se comportam mal.

Mas não percebemos que isso é emanado da própria sociedade em que estamos imersos. Digo isso com todo o respeito, amor e carinho pela sociedade, mas por simplismo é assim que ela funciona, por meio da lógica da eliminação.

Para acabar com os bandidos nós os matamos. Ora, mesmo que a gente abstraia isso da perspectiva moral, ainda assim seria ridículo se

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

percebermos, hoje, quem comanda e deflagra a dinâmica dos crimes, mesmo o não-organizado. Estou falando de uma indústria que, estimativamente, lucra entre 1 trilhão e 1,5 trilhão de dólares/ano. Somente em lavagem de dinheiro, no ano passado, foram mais de 300 bilhões de dólares.

Essa lógica de abstrair da perspectiva lógica a moral dos direitos humanos, que se acaba com o crime acabando com os bandidos, é ridícula, porque toda indústria poderosa como essa tem um exército industrial de reserva.

O que mais ouço aqui no Brasil, com arrogância, quando se fala em Fernandinho Beira-Mar, é por que ainda não o mataram. Eu ainda digo que o segmento que ficaria mais feliz com a morte do Fernandinho Beira-Mar seria o crime organizado porque ele é um arquivo vivo, que só não morreu porque tratou de espalhar informações no caso da sua morte.

Agora, que lógica é essa? A simplista. Quer dizer, você mata o Fernandinho Beira-Mar e não se dá conta que tem mais de 200, 300 ou mil piores, possivelmente, que ele para ocupar o seu lugar.

Mas ainda mais, nesse simplismo as pessoas não percebem a diferença de organizações delinqüenciais comuns e crime organizado. O povo olha para o PCC e se refere a ele como crime organizado. Puxa, sorte nossa se o crime organizado no Brasil fosse só o PCC e organizações congêneres. Essas são organizações delinqüenciais comuns que estão ligadas, umbilicadas no crime organizado.

Perdoem-me o termo chulo, mas o crime organizado não é feito dessa chinelagem, o crime organizado não está nesses baixos estratos, não está nos presídios, ele está nos estratos mais chiques, mais elegantes e glamourosos da sociedade.

O bandido, líder de crime organizado não está em coluna policial; o bandido, líder de crime organizado está em coluna social e não mora

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

em favela, mora em mansão. É poliglota, porque tem que fazer negócio em Amsterdã e em Miami falando várias línguas. No mínimo, falando muito bem inglês, falando francês, às vezes, conforme o grupo com quem negociam, falando russo, chinês. É importante derrubar esses mitos. Vi e não estou dizendo que a polícia tem de afrouxar com o bandido, que está lá na favela. O bandido que está na favela estoura a vida de quem mora na favela. Ninguém imagina bandido como o Robin Hood. Se existiu, já acabou há muito tempo. Essa gente é extremamente cruel com as pessoas mais excluídas e são ainda sobre excluídas pela ação da bandidagem, dentro da favela.

Fiquei pasmo quando vi, pela televisão, a prisão do Elias Maluco, que tinha de ser preso. Dizem que matou mais de 40 pessoas, algumas vivas, naquele crematório. Portanto, é um sujeito extremamente cruel, tem de ser reprimido pelos rigores da lei e da moralidade. A democracia autoriza. Porém, fico escandalizado quando é anunciado pela televisão como um dos líderes do crime organizado. Olho triste a figura do Elias Maluco, sem camisa, suado, vestindo bermuda e uma pança caindo sobre a bermuda, todo descabelado, mal sabendo falar. E chego à conclusão que, no Brasil, deve estar dando pouco dinheiro, ou deve ter uma opção preferencial pelos pobres. Possivelmente, era um bom sujeito. Agora, na favela? Podendo ser multimilionário, mora na favela por quê?

Se vamos subindo, lembramos o Fernandinho Beira-mar. Repito o que foi dito na revista *Caros Amigos* por três grandes especialistas, promotores de São Paulo, sobre o crime organizado: o Fernandinho Beira-Mar é um microempresário do crime organizado. Milionário, mas um microempresário. Diria que nem isso ele é. É um transportador continental de drogas. Não está nem no nível do transportador intercontinental. E falamos que são líderes do crime organizado. Deve conhecer um ou dois líderes, pelo *modus operandi*. Mas um estilo Elias Maluco, esses *chefetes* de boca conhecem algum líder do crime organizado? Ninguém, evidentemente, ninguém.

Assim como estamos horrorizados vendo o Elias Maluco

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

aparecer na TV com toda a sua figura assustadora, os líderes do crime organizado, nas suas mansões, seu *home theater*, também estão horrorizados. Nenhum de nós se aproximaria de alguém assim. Lembro que líder de crime organizado não trata com esse tipo de gente, não transporta droga, nem usa, são todos muito finos e elegantes.

Caracterizando um pouco os problemas, falei do sebastianismo, da lógica da eliminação. Vigem entre o povo a lógica da eliminação. Acabem com os bandidos, matem, prendam, torturem, faça tudo que tem direito, que então vamos acabar com o crime e a violência. Evidentemente, isso é vulgar. Aos meus amigos e amigas policiais tenho dito que um policial não pode ter uma interpretação vulgar do fenômeno complexo da criminalidade, porque daí não serve para ser policial. O policial tem de ser um especialista em segurança, mesmo que não tenha feito um ótimo curso. Ele tem de ser um especialista no dia-a-dia da segurança pública, não pode entrar na lógica vulgar que é da eliminação. Isso é ciência.

Chegamos aos direitos humanos tendo racionalidade. Uma polícia racional respeita naturalmente os direitos humanos. Não precisamos falar em direitos humanos, se for racional ela respeitará direitos humanos, porque não cometerá todas essas bobagens e incoerências que o senso comum aponta. Claro que o senso comum tenta empurrar a polícia para isso. A polícia tem de dizer, não, não vamos. Não vamos, porque você que me empurra hoje, irá me discriminar amanhã. Aqui o especialista nisso sou eu.

Outro elemento que não dá certo é a partidarização em segurança pública. É uma tragédia neste País a falta de continuidade da gestão em segurança pública. Cada vez que troca um governador, um prefeito seja o nível que for, troca todo mundo. Sei que isso é utópico nesse momento, mas temos de chegar um dia à profissionalização disso. Troca o governador não tem por que trocar o chefe de polícia, não tem de trocar o comando. Tem de haver uma lógica para chegar ao comando, uma lógica para chegar à chefia e essa lógica não passa por opção partidária,

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

passa por conhecimento técnico. É imprescindível em segurança pública.

A falta de investimento agrava. Não vou tapar o sol com a peneira. Investimento em segurança pública é muito pequeno. Nós, do governo federal, investimos muito pouco. Os governos estaduais investem muito pouco e os municipais investem muito pouco.

Segurança pública tem sido, ao longo dos anos, nesse País, prioridade retórica, porque, em termos de poder público, prioridade é investimento. Tem de crescer e tem de crescer a partir da pressão de todos nós, nós que estamos intragoverno, fora da estrutura governamental temos de pressionar para que esse discurso bonito se transforme em uma realidade com mais investimento.

Mas há uma questão não é só mais investimento, é a qualidade do investimento, porque nesse País tem se gasto, apesar de o dinheiro ser pouco, muito dinheiro em segurança pública, às vezes, mal gasto. Vou dar um exemplo e não me entendam mal, é a lógica da viaturização da segurança. Não sou contra a viatura, quero dizer, brincando um pouco com a coisa séria, criar um modelo de segurança pública baseada na viatura é criar uma segurança pública que vem do nada e vai para lugar nenhum. Você tem a sensação – morro de raiva quando ouço falar alguém em sensação de segurança pública – o povo não precisa de sensação de segurança, o povo precisa de segurança. Aí a sensação se justifica. Se você tem um sistema viaturizado de segurança, você tem a sensação de segurança. Você viu a viatura passando, mas precisa da polícia para ver onde ela está. Ela não chega. Tem de ter viatura, tem de ter o 190, mas o 190 no mundo inteiro tem muito mais função de guarnição psicológica, de atender a vítima, do que propriamente reduzir a criminalidade. Quem chegou em menos tempo chegou em três minutos e em três minutos o crime, de maneira geral, já acabou.

Não sou contra, mas sou contra o paradigma, o modelo. Estruturar a segurança pública com base nisso é fazer mais do mesmo. Aqui, no Brasil, quando *pinta* grana para a segurança, a que todo mundo

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

salta em cima – o Estado, Município e a União acaba se vendo atazanada com isso e, às vezes, cede – mas é assim, a primeira coisa que pinta é comprar viatura.

Nem sequer percebemos que é uma imitação bagaceira do *modelito* norte-americano, que se deu por empuxo das grandes montadoras de automóveis, há interesses econômicos poderosos nessa história. Os Estados Unidos criaram esse modelo nos anos 60 e 70. Como todo o discípulo é pior que o mestre, nós imitamos. Os Estados Unidos que já estão superando e nós continuamos.

Onde estão os modelos de polícia de proximidade? Alguém falou do Pedro e Paulo, Cosme e Damião em outros Estados. Era o embrião daquilo que, hoje, com muito mais ciência, podemos construir como segurança comunitária. Se você não conhece os seus policiais, se não há uma história travada juntos, isso não é polícia, essa polícia está ausente, passa na viatura.

Brinco quando pedem viatura com ar condicionado, acho que é justo e legítimo. Mas aí digo que só falta fecharem o vidro comprarem rosquinhas e café, enquanto a vida acontece lá fora. Dentro da viatura a vida é boa, lá fora a vida acontece. É o trio maldito, mais viaturas, mais armas e mais efetivo. Desse trio maldito somente se discute mais efetivo hoje, que causa impacto na redução de criminalidade.

Há Municípios americanos que, por populismo, em época de eleição, contratam mais policiais e os pesquisadores concluíram que realmente há uma queda da criminalidade. Então, mais efetivo, desde que bem orientado. Não adianta colocar apenas a polícia na rua, não resolve, Colocar polícia bem orientada e preparada, sabendo o seu papel. Do trio maldito, o único coisa que se salva é mais efetivo. Arma é necessário, mas não superarmando a polícia e a colocando dentro de carros poderosos que irá resolver a segurança. Fosse assim, estaríamos num paraíso dentro desse País.

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

Volto a dizer, não me entendam mal, tem de haver armas e boas viaturas. Só que o modelo não pode estar montado nisso. O modelo tem de estar montado na presença e presença significa, inclusive, traçar estratégia de segurança em conjunto com a comunidade. Não é só passear no meio da comunidade, é traçarmos as estratégias juntos.

Concluo dizendo que estamos num País que tem uma cultura de fazer segurança pública com o protagonismo das coisas e a coadjuvância das pessoas. Estou querendo escrever alguma coisa sobre isso e estou aqui confidenciando a vocês o título, segurança pública no Brasil o protagonismo das coisas e a coadjuvância das pessoas. Se nós não entendermos que só se faz segurança pública com bons operadores de segurança pública, que são os mercedores da nossa atenção e investimento central, da nossa formação qualificada, como dizia o Zé Vicente: “Dê-me uma boa polícia e eu dou a vocês uma boa academia, se me derem uma polícia ineficiente, débil e incapaz, eu darei uma má academia de polícia”.

As academias de polícia têm que ser o coração das polícias e neste país são tratadas, de maneira geral, como questões terciárias ou quaternárias na segurança pública, com algumas honrosas exceções.

Quero dizer que precisamos superar o pensamento vulgar e a desmotivação que muitas vezes encontramos entre os próprios operadores policiais.

Há mil razões para a desmotivação, como o salário e a falta de condições de trabalho, mas, vou dizer uma coisa para vocês, fui professor por muito tempo e o mesmo ocorre no magistério, nada é desculpa para fazer um trabalho relaxado.

Se você está insatisfeito com suas condições de vida, lute para melhorar, mas não maltrate a população por causa disso, a par da sua luta para melhorar preste o melhor serviço que puder, porque isso provará para a sociedade a sua importância e o seu valor.

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
**DATA: 12-07-2006 – TARDE**

### **SEM REVISÃO**

Não adianta a gente entrar na lógica de que somente quando me pagarem bem, quando me reconhecerem, quando a mídia me tratar bem, quando derem valor para o que eu faço aí eu serei um bom profissional. Morra esperando, porque não vai acontecer.

A lógica é outra, mostre o seu valor e você terá condições morais de cobrar aquilo que a sociedade deve à sua qualidade e à nobreza daquilo que você optou por fazer.

Quanto às soluções eu não terei tempo de falar, mas só quero dizer que estamos atuando muito em soluções, a mídia não divulga, darei um exemplo que o Zé já falou: a Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública.

O Zé já iniciou adiantado, agora nós vamos entrar numa rede com 22 universidades, aqui, no Rio Grande do Sul, serão três, a Federal, com ensino presencial; uma universidade de Direito em Santa Maria, para interiorizar e a PUC, com ensino à distância para 550 policiais, bombeiros e guardas municipais, formando especialistas em segurança pública, o curso terá duração de um ano.

Qual é o diferencial disso? Direitos humanos. Não aceitamos currículos que não tenham expressamente e transversalmente a questão dos direitos humanos presente.

Queremos formar uma inteligência policial, no sentido amplo da inteligência, inclusive no sentido humanístico.

Digo mais, não apenas no que tange a direitos humanos, se não tiver recorte de gênero, de combate à homofobia, se não houver recorte em relação a direitos etários, tais como de crianças, adolescentes e idosos e em relação à igualdade racial, rejeitaremos liminarmente o currículo.

Vamos formar entre 1500 e 2000 pessoas por ano, serão

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

especialistas numa inteligência policial nacional em segurança pública.

Nas jornadas nacionais de direitos humanos, que estão percorrendo o país inteiro neste ano, formaram-se mais de três mil policiais. No ensino à distância temos mais de dez mil policiais matriculados e o pano de fundo em ensino à distância é direitos humanos.

No meu departamento existe uma ordem de que não se produz nada no campo da ação policial e da pesquisa que não esteja profundamente imerso numa cultura de direitos humanos.

Por que vocês não sabem disso? Porque isso é como o cachorro que morde o homem e não o homem que morde o cachorro, tem faculdade de jornalismo que ensina isso ainda. O importante é quando o homem morde o cachorro e não quando cachorro morde o homem.

Todo esse trabalho revolucionário não chega até vocês, porque não conseguimos espaço para divulgá-lo, mas estou aproveitando este espaço para fazer a divulgação.

Agradeço muito a oportunidade, espero que todos nós saiamos daqui com motivação de sermos presenças educativas na sociedade, porque cada um de nós, aqui, com certeza tem uma parte.

Encerro com uma frase da antiga sabedoria oriental, muitas falas minhas eu tenho encerrado com essa frase, porque é muito inspirador e vem muito do meu coração, acho que vale muito para um povo poliqueixoso como o nosso, que é um povo tão bom e tão querido, mas que se queixa muito, ainda não aprendeu a arte de arregaçar as mangas e fazer aquilo que, às vezes, parece ser pequeno, mas que é grande no conjunto da rede, essa frase oriental cai como uma luva para nós: *É muito melhor acender uma vela, ainda que uma simples e pequena vela do que maldizer a escuridão.* Essas velas poderosas nas suas pequenas chamas somos cada um de nós. Obrigado. (palmas)

SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE

**SEM REVISÃO**

**O SR. COORDENADOR** (Carlos Roberto Santana da Rosa) – É sempre uma satisfação ouvir o Sr. Ricardo Balestreri, que é um motivador, tamanha a clareza do seu pensamento e o vigor de suas palavras, principalmente quando proferidas em pé.

Vamos assistir a mais alguns depoimentos sobre o tema deste seminário, que é a segurança pública. (pausa)

(Procede-se à apresentação por *datashow*.)

**O SR. COORDENADOR** (Carlos Roberto Santana da Rosa) – Lembro aos senhores e às senhoras que as perguntas devem ser dirigidas à mesa, por escrito, com identificação do formulador da questão e do palestrante que deverá respondê-la.

Vamos encerrar o terceiro eixo deste seminário com o tema *Segurança Pública: Formação, Controle e Alternativas*, a palestrante será a Dra. Regina Miki, Secretária de Defesa Social do Município de Diadema e professora de pós-graduação em Gestão de Políticas Públicas de Segurança.

**A SRA. REGINA MIKI** – Boa tarde a todos, eu gostaria, em nome do Santana, de cumprimentar a todos os colegas e também agradecer a oportunidade de mostrar um tema que está sendo debatido por esta mesa.

Diadema não apenas fechou bares, conforme divulgado entre a mídia, divulgaram que nós fechamos os bares e a criminalidade no município diminuiu. Isso não é verdade e eu pretendo mostrar um pouco do que ocorreu.

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

Os limites do nosso trabalho em Diadema foram sempre pautados pela lei, demonstrando a todos que trabalham comigo e a toda a minha equipe que somos detentores de direitos e deveres.

Enquanto a legislação for essa, dentro do que é possível fazer, não devemos esperar que a legislação mude para que façamos alguma coisa. Nós fomos tentando trabalhar assim mesmo.

O modelo que está colocado, aqui, é aquele que hoje é possível, sem competição dentro de polícias, há um somatório.

Almejamos, sim, uma mudança constitucional, até mesmo uma repactuação do pacto federativo para que possamos ter mais liberdade de trabalho, mas, enquanto isso não vem, temos que trabalhar com o que temos.

O grande desafio que nos é colocado, aí eu abro um parêntese, quando a gente fala por último, as pessoas já falaram e aí o Ricardo já colocou e eu também quero colocar, é a institucionalização das políticas.

A política de segurança pública tem que ser encarada como de estado e não uma política de governo e mudar isso está em nossas mãos.

Diadema é uma cidade industrial, faz parte da região metropolitana do estado de São Paulo, está distante da capital 20 Km. São 39 municípios que fazem parte da região metropolitana e Diadema é um deles.

Não vivemos numa ilha, portanto vivenciamos todos os revezes da segurança pública de uma grande capital por estarmos muito perto dela.

Temos 1.800 fábricas, a população é de 383.600 habitantes, a sua extensão territorial é de 24 quilômetros. Isso nos dá a segunda densidade demográfica do país, são 12.496 habitantes por quilômetros quadrados.

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

Assumimos em 2004 a prefeitura com 21.23% de taxa de desemprego, esse índice caiu em 2005.

Após a implementação de todo esse processo de segurança que travamos em Diadema, geramos em quatro anos oito mil empregos e trouxemos para a cidade 300 empresas.

Há comentários no sentido de que pobreza traz criminalidade, eu discordo, já foi falado e questionado, aqui, os países mais pobres do mundo não são os que têm mais crimes.

Os dois Estados do Brasil onde a pobreza é maior também não são os Estados com maior índice de criminalidade, Maranhão e Piauí. Seguramente, a falta de segurança empobrece o povo porque afasta o emprego, a fábrica, a indústria e com isso traz o empobrecimento do povo.

Diadema, nos de 1995 a 1998, teve um crescimento populacional de 3.4%, no mesmo período, e de homicídios na ordem de 49%. No ano todo de 1999, tivemos na cidade 374 homicídios, é uma média mensal de 31.2 homicídios, era um homicídio por mês. Precisamente no mês de junho de 1999, houve 41 homicídios na cidade. Em contra ponto, fechamos o primeiro semestre com quatro homicídios desse ano, o semestre inteiro com 40 homicídios.

Diadema sustou por vários anos a primeira posição do ranking das cidades brasileiras com índice de criminalidade, isso foi mantido nos anos de 1999 e 2000; em 2001, fomos o terceiro do ranking; em 2002, o sexto; e no final de 2002 o nono; em 2003, décimo terceiro; e 2004 o último ranking liberado pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, décimo oitavo.

O IPEA realiza um ranking nacional, e existe uma diferença de números porque ele trabalha com números do data sus, são homicídios e

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

ele computa as pessoas, tentativas de homicídios entra nesse cômputo. Nós estávamos na sétima posição no ano 2000 e passamos para a quadragésima em 2005.

Se pegarmos o período de 1994 até 2005, a taxa por 100 mil habitantes, em 1999, havia 110 homicídios para cada 100 mil habitantes. Fechamos o ano de 2005 com 26 homicídios para cada 100 mil habitantes. Gravidade disso, não preciso dizer.

A ONU tem como índices compatíveis a de guerra civil 30 homicídios para cada 100 mil habitantes.

Fechamos o primeiro semestre deste ano com 10 homicídios para cada 100 mil habitantes.

Um instituto da Califórnia se instala em Diadema após essa queda e faz uma avaliação do nosso projeto, conclui que se neste período nada tivesse sido feito nessa cidade com políticas públicas, sociais, integração policial, enfim trabalho nesse plano de segurança, teríamos perdido mais de 1.135 pessoas em 5 anos.

Uma das estratégias para tudo isso, sem dúvida nenhuma, é o orçamento do Município. E a linha matricial imposta pelo Poder Executivo, o chefe desse poder assumiu a segurança pública como eixo de seu e faz com que trabalhemos em comitês dentro das secretarias voltadas à segurança. Daí ele entende que 60% do orçamento público é voltado para a segurança, já que trabalhamos com a saúde, esporte, cultura, lazer e educação, todos para a segurança.

Os agentes de saúde estão todos os dias nas casas das pessoas e bem preparados podem estar levando mensagem de segurança. Isso temos feito com uma permeabilidade muito grande dentro do Município. Acho que até agora não conseguiram.

Gostaria de ter mostrado o mapa de Diadema e a posição dos

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

equipamentos públicos para vocês.

Diadema tem 24 quilômetros quadrados de extensão e nesses 24 quilômetros quadrados existem 194 equipamentos públicos voltados à população, dentre eles são três hospitais, 19 unidades básicas de saúde, 46 escolas municipais, 65 escolas estaduais, 10 bibliotecas municipais, 11 centros culturais, 5 ginásio para o esportivos e um teatro municipal. É muito fácil trabalhar política pública quando há no seu entorno um equipamento social. Isso tudo foi possível através de planos de segurança.

O primeiro plano de segurança entra em vigor no dia 18 de janeiro de 2001, o prefeito cria a Secretaria de Defesa Social e faz com que ela passe a ter uma interlocução com as polícias locais: militar e civil, que trabalham no município, integrando nesse trabalho, a Guarda Municipal, permitindo uma permeabilidade ante a sociedade civil, qualificando-a para o pedido.

Um pouquinho antes de sentar aqui, dizia ao Ricardo que a sociedade civil, desde que bem qualificada, é parte importante em todo esse processo, pois, ao chamar alguém da sociedade, que não está preparado para discutir segurança pública e que não precisa ser um *expert*, ele fatalmente pedirá mais viatura e mais policial na rua. Jamais terá a dimensão de que mapeando a cidade, verificando onde há ausência do poder público, colocando um agente, utilizando políticas sociais, se consegue afastar a criminalidade. Essa visão só é obtida após um grande preparo da população.

Tivemos, como destaques, dentro da secretaria, a criação dos planos municipais de segurança em 105 audiências públicas, por 10 meses para criar o primeiro plano de segurança. O segundo plano foi repetido através de um mapeamento da violência e do crime num observatório e um mapeamento da vulnerabilidade social. Fazendo um cruzamento dos dois mapas, tanto da criminalidade quanto da vulnerabilidade social, formamos uma rede de distribuição das políticas

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

públicas do município.

Realmente, em Diadema, não adianta existir indicação de vereador para que uma viatura ou uma base comunitária se instale em tal lugar. O que vai determinar a instalação dessa base ou passar a viatura em tal rua é simplesmente o mapeamento criminal.

A vontade política e do governante local é preponderante na autonomia do trabalho da secretaria.

Todos os dias, de manhã, o prefeito recebe em suas mãos um mapa da criminalidade e da violência do município do dia anterior. Ele sabe onde agir e o momento de conversar com os chefes de polícia do município para que as rondas sejam intensificadas.

Na Secretaria da Segurança Pública, acessamos informações criminais *on-line*, e as colocamos num mapa da cidade e fazemos zonas de proteção para podermos planejar as ações que serão desenvolvidas durante a semana.

Semanalmente temos reuniões de planejamento de ações policiais com o comandante da Guarda Municipal, os delegados seccionais de Diadema e o comandante do Batalhão.

As ações são executadas dentro de sua competência – não estamos aqui falando em usurpação de função pela Guarda Municipal, que é cidadã, embora ande armada. Penso que o pano de fundo não é se ela deve ou não estar armada, mas a capacitação que o profissional precisa ter para estar armado e até mesmo para sacar de sua arma.

A Guarda Municipal de Diadema está armada há seis anos e nunca deu um tiro. E a ênfase é no gerenciamento de crise e na mediação de conflito. São todos formados em mediação de conflito, inclusive participam do núcleo de mediação de conflito durante meio período por semana.

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

A importância de ter um comando muito próximo, uma formação baseada nos direitos humanos e ocorrer a requalificação permanente é o controle que advém disso.

A Secretaria de Defesa Social, hoje, abriga a Guarda Municipal, e a gerência do IML é nossa, a sua gerência administrativa. Os técnicos são do Estado, porém, a parte administrativa é nossa. Os laudos são elaborados pelo nosso administrativo. O médico acabou de fazer o laudo, quem prepara todo o laudo é o administrativo.

Com isso, tivemos um grande ganho. Tínhamos encontros de cadáveres direto em Diadema. Eles não eram computados como mortos em Diadema, mas eram levados ao IML de Diadema. Depois que isso passou para nossa gestão, há quase dois anos, parou-se de encontrar cadáver em Diadema para ser levado ao IML. Deve estar sendo levado para outros IMLs no Estado de São Paulo. Isso não posso dizer. Realmente, essa proximidade com a perícia é muito importante para a solução do crime.

Há também a Junta de Alistamento Militar, os fiscais de postura da Prefeitura, já que todos são amparados pela Guarda Municipal para o seu trabalho. Esses núcleos de mediação de conflito estão conosco também. São 850 funcionários na Secretaria de Defesa Social, com as mais diversas qualificações. Temos administradores, advogados, contadores, engenheiros, estatísticos, fisioterapêuticos, médicos, pedagogos, preparadores físicos, psicólogos, policiais, recreacionistas.

Temos, na nossa equipe, vários palhaços, que saem com a Guarda Municipal para brincar com as crianças na periferia; relações públicas, sociólogos e teólogos. Temos os pedagogos e teólogos que desenvolvem projetos dentro das escolas, dando aula para as crianças a respeito do uso e abuso de álcool e demais drogas.

A secretaria hoje tem, como controle das suas atividades, uma

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

ouvidoria e uma comissão processante permanente. Controle externo da sociedade civil, por meio de conselhos e fórum itinerante, juntamente com o Ministério Público e a Câmara Municipal, por meio da sua Comissão de Direitos Humanos.

A Guarda Municipal é formada por guardas civis municipais, armados, como já disse, e guardas patrimoniais. São os antigos vigias da Prefeitura, que nós requalificamos e trouxemos para dentro do corpo da guarda. Esses não estão armados e permanecem dentro dos patrimônios. Eles são gestores dos alarmes das escolas e estão todos interligados com a guarda e o comando, por meio de rádios.

Talvez a melhor arma que entregamos para essas pessoas seja a comunicação rápida para que tenhamos o efetivo distribuído dentro da cidade, de tal forma que para atender a um chamado feito dentro de uma escola ou de um equipamento público, a Guarda Civil não demorará mais que três minutos para chegar.

Gostaria de dizer que hoje 60% do comando da guarda já são exercidos pelos próprios guardas. Quando lá cheguei, quem comandava a Guarda Municipal era a Polícia Militar; 80% do efetivo da guarda possuem o nível universitário. Hoje, já 20% desse efetivo terminando o curso de pós-graduação em gestão pública.

No corpo da guarda, temos preparador físico, psicólogo permanente, médico do trabalho. O guarda entra para trabalhar sem uniforme e sem a arma. Ele passa; coloca o uniforme; passa pelo centro das armas; pega a arma; assina um recibo; pega a munição; assina esse recibo. Essa arma não vai para casa com ele, pois pertence ao poder público. O controle disso é feito todos os dias. No final do dia, ele devolve a arma, a munição e assina novamente esse livro de carga.

A guarda foi criada por lei municipal. Ela era subordinada diretamente, em primeiro plano, ao Gabinete do prefeito, hoje, à Secretaria de Defesa Social. Ela pôde ser instituída pelo parágrafo 8º da

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

Constituição Federal, do artigo 144, que autoriza os Municípios criarem guardas municipais.

A reestruturação da guarda foi física: novas instalações, uma academia de ginástica, vestiário, centro de operações, refeitório, sala de instruções, plano de carreira, regulamento disciplinar, regulamento de uniformes, ouvidoria, seguro de vida. O salário dessa guarda é um dos mais altos da Prefeitura hoje. Acredito que o sucesso também passa por isso; lógico, por um salário condizente com a profissão.

Aumentamos 68% do efetivo, já especializando essa guarda nas diversas áreas voltadas à prevenção. Houve um curso de adestramento de cães e policiamento comunitário. Eles ficaram na França, vários deles no período de dois meses trabalhando junto à Polícia de Proximidade francesa, para que pudessem voltar a Diadema e adaptar esse trabalho lá. Eles trabalham de bicicleta, a pé, junto à comunidade, num policiamento que chamamos de cidadão.

Há diversas câmaras de vídeo. Hoje, possuímos uma central de monitoramento de câmaras de vídeo. Em Diadema, há 30 câmaras de vídeo, com dois quilômetros de *zoom* e giro de 360 graus. Essa área está totalmente coberta. Há também agentes de prevenção a uso e à venda de drogas, que ficam dentro das salas de aula. A formação deles é de técnico-operacional: defesa pessoal, direitos humanos. Nesse rol, está contido todo um elenco de leis especiais e tudo mais. Por lei, quando retornam das férias, eles têm que passar 10 dias em curso, em exames médicos, antes de voltar ao serviço. Essa requalificação é permanente, já que o controle é feito por ocasião das férias. A guarda é celetista.

No currículo de requalificação permanente, temos todo esse trabalho. Estamos inaugurando, entregando à população e à Guarda Municipal, na sexta-feira, um telecentro de educação à distância, em três Municípios do Brasil: Rio de Janeiro, São Leopoldo e Diadema. O primeiro a ser entregue será o de Diadema, seguido de São Leopoldo e Rio de Janeiro. Já temos 85 alunos fazendo curso de ensino à distância.

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

As atividades exercidas pela guarda não devem ser diferentes de todos os outros locais. Estatisticamente falando, 70% dos chamados para a Polícia Militar são de cunho eminentemente social. A guarda, assumindo esse papel, libera a Polícia Militar para que possa fazer o seu papel precípua, que é de prevenção, e não de repressão.

Na realidade, quando o Ricardo falava das viaturas, vinha-me à cabeça a síndrome do caçador, porque quando se põe um policial numa viatura, ele fica com uma arma para fora caçando. Realmente caçando. Ele sai para caçar procurando um suspeito. Não queremos uma polícia dessa forma. Atualmente, em Diadema, a polícia tem um papel de prevenção. Ela faz isso a pé, no centro da cidade, nos centros de bairro, juntamente com a Guarda Municipal.

Temos oito bancadas referentes ao centro integrado de videomonitoramento e quatro guardas municipais: a Polícia Civil, a Polícia Militar, os bandeiros da Defesa Civil e o Serviço Médico de Emergência – Samu –, centrado nesse centro de videomonitoramento. Cada um deles tem autonomia para monitorar o que quiser na cidade, com comunicação via rádio e LPs, linhas privativas telefônicas, que permitem que cada unidade se comunique entre si.

A Operação Anjos do Quarteirão permite que eles interajam com a população, envolvendo motos, guardas a pé ou de bicicleta. No que se refere às operações desenvolvidas junto à Polícia Federal, vale lembrar a campanha pelo desarmamento e recolhimento de armas pelo Município, como também uma operação posta em prática junto à Polícia Militar. A nossa guarda faz a parte de trânsito, e a Polícia Militar, a abordagem. Houve a Operação Fecha Bares, num trabalho desenvolvido pela Polícia Militar, a Guarda Municipal, juntamente com os fiscais da Prefeitura.

Paralelo a esses trabalhos postos em prática, possuímos algumas viaturas, com quais fazemos a ronda escolar. Diadema foi o primeiro Município a cadastrar-se junto à Polícia Federal para recolher as armas

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

de fogo, visto que vínhamos em uma campanha incessante, entendendo que a arma é um potencializador de crime e trazendo essa cultura de paz junto à população. Com isso, almejamos, cada vez mais, à retirada das armas das mãos de quem não tem qualificação para andar com elas.

Trabalhamos com as crianças na campanha do desarmamento infantil. Todos os anos, colocamos em prática essa campanha. Já fizemos cinco campanhas dessas, trocando as armas de brinquedo por revistas, incentivando a leitura e entrega dessas armas ao pessoal da coleta de reciclagem para que possam destruí-las.

Temos o Clube de Férias da Guarda, no qual os guardas vão interagir com a população. Essa interação é feita todas sextas-feiras, sábados e domingos, nos bairros em que detectamos algum problema de relacionamento entre a população. A Guarda Civil para lá dirige-se para contar histórias para as crianças, brincar com elas, ficando, durante esse período, instalada, para fazer com que a população reflita o que ela pode fazer para sua segurança.

Há o Projeto Contra o Uso e Abuso de Drogas, pelo qual temos uma inserção muito grande nas escolas do Município, sejam elas municipais ou estaduais, trabalhando com jovens e adolescente em prol da valorização pela vida.

Era esse o meu recado. O trabalho de Diadema foi feito por vontade política realmente, de tal sorte que ou Diadema saía nas manchetes de jornal de uma forma negativa, ou poderíamos nunca mais entrar em manchetes de jornal nenhuma. Fomos reconhecidos internacionalmente. Recebemos um prêmio pela ONU, só que essa não era a nossa intenção, ou até nem sabíamos que isso iria tomar essa dimensão.

O problema era fazer com que Diadema voltasse a crescer; tivesse novamente orçamento para fazer frente a todas melhorias que deveriam ser feitas. O prefeito assume, em 2001, sabendo que o maior

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

anseio da população era a segurança e sabendo que a Constituição Federal limitava-nos na área da segurança. Creio que, de uma forma ousada, quando ele cria a Secretaria Municipal de Segurança, a exemplo de outros Municípios no Estado de São Paulo, resolve trabalhar de forma integrada com a polícia para tirar Diadema dessas manchetes. Infelizmente, ficamos estigmatizados como a cidade que só fechou bares. Vocês puderam notar que nem toquei nesse assunto, pois isso faz parte de um conjunto de medidas.

Aprendemos, a exemplo do que disse o Roberto, que Paulo Freire dizia que o que importa é investir em gente. A valorização do profissional, seja ele da área da segurança propriamente dita, que possui uma ação mais direta; ou seja ele das outras secretarias que trabalham interligadas, foi de suma importância para que mudássemos a história de Diadema.

Num desses fóruns itinerantes, feitos a cada 15 dias dentro dos bairros, uma pessoa perguntou-me o que fazer para mudar essa criminalidade. Perguntou-me também o que havia causado tanta criminalidade no mundo e o que fazer para mudar esse estado de coisas. Para responder, fiz-me valer do livro mais antigo e lido no mundo, que é Bíblia. Todos os dias, abro-a para ver se me dá um pouco de entusiasmo. Lá, em Isaías, está o seguinte: que haverá homem matando homem; homem agredindo homem; homem violentando homem; até que mudemos o nosso coração. Essa mudança que tanto almejamos passa por nós mesmos. Obrigada.

**O SR. COORDENADOR** (Carlos Roberto Santana da Rosa) – O sucesso da política pública municipal de segurança de Diadema é a prova de como eficiente é o rompimento dessas duas dicotomias que o governo federal tem na sua política. A primeira, no sentido de que a segurança pública é igual a polícia; e a segunda, de que segurança pública é incompatível com ação social. Não se pode compatibilizar, no mesmo meio territorial, social, a polícia com a ação social.

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

O sucesso da política de Diadema prova justamente o contrário, que as polícias são imprescindíveis; são insubstituíveis nas suas atribuições, mas também são insuficientes para resolver os graves problemas de segurança pública do País. Também prova, com as ações que aqui foram descritas pela Sra. Regina Miki, que é possível, sim, construir uma segurança pública cidadã, com agentes como os guardas municipais, no exercício de suas atribuições, com polícias e com muito investimento em ação social.

Passaremos agora para fase das perguntas na finalização desse terceiro eixo. Começaria pela ordem dos palestrantes. Sendo assim, peço ao professor José Vicente que respondesse as questões que lhe foram formuladas.

**O SR. JOSÉ VICENTE TAVARES DOS SANTOS** – Lerei agora a pergunta do estudante André Córdoba:

*Pelo seu relato, tive a impressão de que os representantes das academias militares estão buscando mais essa “aproximação” com os saberes subcientíficos das universidades. A que o senhor atribui a baixa procura às academias de natureza civil?*

Em primeiro lugar, é empírica a experiência que temos em 10 Estados brasileiros, em que 90% das academias de Polícia Militar procuraram as universidades.

A pergunta é interessantes. Vários fatores talvez pudessem ser lembrados. Primeiro, creio que a crise de legitimidade das polícias foi muito sentida pelas Polícias Militares, até mesmo porque elas convivem, ao lado, com uma das instituições que talvez tenha a maior legitimidade, evidenciada por várias pesquisas brasileiras, que são os bombeiros.

No caso do Rio Grande do Sul, estão dentro; em outros Estado,

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

estão fora da Polícia Militar. Os bombeiros têm a maior legitimidade, talvez por conviver com crise de legitimidade e o exemplo de legitimidade. Em segundo lugar, é pelo fato de ser a polícia que está presente nas ruas; é uma polícia ostensiva. Portanto, é uma polícia que, de algum modo, tem uma visão da questão social.

Se formos fazer uma análise dos soldados, cabos sargentos e subtenentes, notaremos que vêm das camadas sociais populares. Tive aluno que afirmava que poderia ser um ótimo bandido, em que pese ser inteligente e ótimo policial. Ele teve colegas de creche que se bandearam para outra vida. São contingências da vida.

Creio que há uma herança positivista. Lembrando Alfredo Bócio, diria que o Estado do Bem-Estar Social ou as políticas sociais, no Brasil, principalmente no segundo governo Vargas, têm uma herança no positivismo. Ele dá o exemplo até do Rio Grande do Sul no início do século.

Por exemplo, a Brigada Militar possui um instituto de pesquisas, e, por outro lado, há uma formação continuada de um modelo das Forças Armadas. Mais ou menos com 10 anos de carreira, quem tem o grau de capitão e deve realizar um curso para ser promovido a major. E quando é major, precisa realizar um outro curso, com mil horas, para tenente-coronel. Portanto, há uma espécie de formação continuada.

Isso não existe na Polícia Civil. O Delegado, salvo exceção, entra com o curso de Direito, cursa a academia e, em sua carreira, não há curso previsto. Talvez isso explique.

*A segunda pergunta: Qual sua concepção quanto ao valor do salário mínimo e aposentadoria do setor privado na relação dos direitos humanos e segurança pública no País? Está disposto a ter o seu salário, remuneração, proventos no mesmo patamar dos brasileiros que não são funcionários públicos? E sobre cargas e impostos pagos pelos brasileiros, alguns e outros que só usufruem sem nada retribuir e pagar suas obrigações? Por que até hoje os direitos humanos não*

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

*solucionaram o valor do salário mínimo conforme dito na Constituição Federal?*

Comentário final: *Tendo dignidade e salário justo, o cidadão pode escolher a escola do filho, onde morar. e adquire segurança pública como consequência. Depois de Getúlio Vargas, o salário virou esmola na atualidade para o trabalhador e degradou a família.*

Em primeiro lugar, no meu setor, as universidades privadas pagam o dobro do que ganho, então, talvez não fosse uma má idéia.

Em segundo lugar, claramente há um problema de desigualdade social neste País. No setor público e universitário, a relação de salário deve ser de um para oito. No setor público geral, segundo declaração do Ministro Tarso Genro, é de um para 60. No setor privado, a pesquisa do Ipeia – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – mostra que a relação é de um para 57, mais ou menos, ganhos de salários.

Para terem uma idéia, numa sociedade como a França, a relação deve ser no máximo de um para 10. Essa desigualdade é um fator que acirra a conflitividade e muitas vezes acena ao quarto setor da economia: o crime como uma possibilidade.

Essa desigualdade também existe dentro das polícias. A relação entre o salário de um soldado com o salário de um coronel e de um coronel aposentado é muito grande também, aí, no caso da Polícia Civil, não conheço.

A questão é exatamente essa desigualdade, entretanto é preciso ver que, na nova república ou pelo menos desde o governo Itamar Franco até o atual governo, houve uma pequena redução do Índice de Gini. Isso quer dizer que houve uma pequena redução da desigualdade de renda do País, sendo que, neste último governo – a fonte é a *Folha de São Paulo*, não é governamental –, houve um aumento, se bem me lembro, de 14% da renda das classes *d* e *e* em relação a uma redução nas classes *a* e *b*.

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

Creio que houve uma melhoria da escola pública nos últimos 20 anos. Hoje, o ensino fundamental está universalizado, e o ensino médio está quase universalizado. Na juventude há o problema de um contingente que nem estuda, nem trabalha, que representa cerca de 3 milhões no País – um problema social evidente na vitimização dos jovens e nos jovens como vitimados.

Finalmente, penso que alguns projetos, por exemplo, as lutas sociais nas universidades públicas federais e nas estaduais não só melhoraram a carreira, mas também o salário. E não no governo do meu ex-professor Fernando Henrique Cardoso, mas no atual governo, houve um aumento de 10 mil postos de professor nas escolas públicas federais, criação de 150 mil vagas com a criação de quatro universidades – duas neste Estado –, e ampliação de mais 10, além do ProUni, que também abriu uma possibilidade para alunos de baixa renda e, finalmente, a política de cotas, à qual sou favorável, porque acredito que possa reduzir desigualdades.

Parece-me que um dos grandes problemas estruturais, a violência estrutural desta sociedade brasileira, é a desigualdade e para isso temos de ter políticas afirmativas em termos de rendimentos, de cotas, de gênero. O percentual de mulheres nas polícias militares é de 13%, 14%; na Guarda municipal deve ser 3%.

Em algumas experiências de mediação de conflitos, por exemplo, a presença das mulheres como policiais tem alguns efeitos interessantes, assim como as desigualdades de acesso para as populações negras, pardas ou indígenas. Penso que a compreensão dessa desigualdade nos deve levar a uma luta política para reduzir esse espectro que certamente é um dos fatores – não é o único – que faz com que o trabalhar com o crime possa ser uma opção para alguns grupos, principalmente e infelizmente dos jovens na nossa sociedade.

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
**DATA: 12-07-2006 – TARDE**

### **SEM REVISÃO**

**O SR. COORDENADOR** (Carlos Roberto Santana da Rosa) – Obrigado, professor José Vicente.

Optei por repassar todas perguntas feitas pelos senhores e pelas senhoras aos palestrantes, mas pediria ao Dr. Ricardo Balestreri, devido ao adiantado da hora e como ainda há um último eixo neste Seminário, que, se fosse possível, resumisse em 10 minutos todas as respostas para que todos saiam daqui contemplados e consigamos dar um bom andamento ao evento.

**O SR. RICARDO BALESTRERI** – Estou enlouquecendo, porque como represento a Senasp e há bastante policial aqui, somos inquiridos de várias coisas institucionais.

Fiz um resumo e há umas três que não consegui pegar a tempo, mas vamos ver.

Sinceramente, todas questões são muito inteligentes.

A primeira, do Sr. Jorge da Silva, levanta a questão da criminalidade. Ele pergunta se essa educação viesse desde o berço, isso ocasionaria uma diminuição da violência.

Com certeza, sim, Jorge, mas temos, por um lado, de motivar os adultos, os pais, os responsáveis para que o façam, mas também não podemos só nos fiarmos nisso.

Se pegarmos como exemplo, no campo dos operadores da segurança, quando um policial ingressa na Academia de Polícia, deve-se partir do pressuposto de que talvez ele não tenha tido essa formação moral em casa. E se ele não a teve, a Academia terá de trabalhá-la.

Forço um pouco a questão das academias de polícia, porque como entendo o policial, o guarda municipal e o bombeiro como

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
**DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

pedagogos sociais, como educadores da sociedade e multiplicadores de cultura, então passa um pouco por aí.

Gosto de exemplos práticos, e trabalhando no Norte do Brasil – porque alguém citou aqui as humilhações que em alguns lugares ainda os policiais militares sofrem *intra corporis* – isso é fato, ainda acontece no Brasil.

Trabalhando com uma turma de PMs num estado do Norte do Brasil, depois de um curso de direitos humanos, um deles me relatou o seguinte: *Olha, professor, nós somos, aqui, muito maltratados. Houve um carnaval fora de época e saímos da Academia porque precisávamos ajudar. Deram-nos um tonfa, e, como estava sendo tão maltratado, fiz o seguinte voto: iria quebrar com a tonfa o primeiro bêbado que encontrasse na rua. E realmente encontrei.*

Ele relatou isso emocionado. Continuou: *Quando eu ia puxando a tonfa, que estava no ar, me veio à cabeça a imagem de meu pai falecido. Pensei: e se em algum lugar estivesse o meu pai olhando, o que diria de mim ao me ver fazendo isso? Aí imediatamente guardei a tonfa e desisti.*

Esse é o exemplo do menino que teve formação moral em casa, é o ideal. Mas se não teve em casa, ao ingressar numa profissão tão nobre, tão importante, tão influente e marcante como é a de policial, obrigatoriamente a academia teria de lhe dar educação. Nesse caso, ele estava sendo deseducado dentro da Academia, e esta, através do mal exemplo, o estava deseducando.

Claro, tem de vir desde o berço, mas se lá não resolveu, temos de fazer isso nas escolas, nas academias de polícia, nas diversas escolas de todas profissões – e aqui estou falando mais na polícia, nos guardas e nos bombeiros porque é o meu *métier*.

Gosto muito do Ralph Emerson, que diz que o que nós somos fala tão alto que não se escuta o que nós dizemos. Portanto, só educamos

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

as pessoas através do exemplo. Nosso discurso tem pouco valor diante do nosso exemplo.

O senso comum fala o mesmo que falei da lógica da eliminação: *Não, os bandidos, tem de matar, tem de seqüestrar e tal, porque eles são monstros e tal.* Aí é proposto o que chamamos de paradoxo pedagógico, que é assim: o operador de segurança é um emblema do poder público, representa o poder público, que sempre tem um caráter pedagógico. O poder público, psicologicamente falando, é um ente paterno-materno, inconscientemente.

Se é dito a um operador do poder público: olha, sociedade, vamos matar quem mata para provar que não se mata. Vamos torturar quem tortura para provar que não se tortura. Vamos seqüestrar quem seqüestra para provar que não se seqüestra. Ora, assim se está provando exatamente o contrário. A partir do seu patamar paterno-materno inconsciente perante a sociedade, se está liberando a sociedade para fazer a mesma coisa desde que se sinta com necessidade disso.

O exemplo, mesmo quando com as piores pessoas, indiscutivelmente é a única maneira que temos de debelar a violência e a insegurança. Querer combater a violência através da violência é, sob o ponto de vista do paradoxo pedagógico, aumentar a ciranda da violência.

Em qualquer lugar do mundo em que haja uma polícia truculenta, os índices de criminalidade e violência são maiores. Polícias truculentas são criminógenas. Polícias inteligentes são anticriminógenas. Essa é uma consciência que precisamos ter cada vez mais forte no Brasil.

O Vinícius Benfica questiona se não seria legal termos uma escola nacional de segurança pública.

Isso, Vinicius, está proposto no plano de governo, mas, ousadamente, resolvemos fazer uma coisa maior. Ao invés de uma escola nacional de segurança pública, que seria caríssima – possivelmente seria

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

em Brasília para manter o pessoal lá –, preferíamos fazer uma itinerância, em todo o País, através de cursos informais de formação humanística.

Há dois módulos disso: um que é Escopol – Escola de Protagonismo Policial – para lideranças policiais intermediárias, especialmente por exemplo, nas PMs, para aqueles que têm um duplo vínculo de autoridade temporal, que são, particularmente, tenentes e capitães. Particularmente, sem excluir os outros. Por quê? Porque o tenente-capitão tem autoridade temporal sobre a tropa no presente, e tem autoridade temporal, no futuro, sobre o comando da tropa.

O outro módulo é a Jornada de Direitos Humanos.

No campo formal, essa parceria, na qual o José Vicente é um dos líderes e colabora com ela desde o princípio, que é em parceria com as universidades. Este ano entram 22 para formar especialistas.

Seja qual for o governo que venha no próximo ano, nós achamos que esta é uma política de Estado tão séria, que é difícil de o governo acabar com ela, seja ele o mesmo, ou seja outro. A idéia é que isso se amplie para cursos de graduação, para cursos de mestrado.

O Reitor da Federal da Bahia, que fez um curso já completo, na Renaesp – Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública –, está querendo criar agora um curso de mestrado e está tão entusiasmado que, ao lhe falar: para isso não temos dinheiro agora, disse-me: *Não tem problema, eu banco*. Se entusiasmou com o curso de graduação.

Essa é a Escola Nacional de Segurança, só que não está localizada em um só lugar, está itinerando.

A Lucimar pergunta sobre a Força Nacional. Esse é um ponto que tem gerado polêmica.

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

Por que a Força Nacional? Para ser bem breve, falarei sobre só um aspecto. A Força Nacional, com todo o respeito às nossas Forças Armadas democráticas, evita a tentação popular antidemocrática e inconstitucional.

Estamos num País em que, por causa da maneira banal com que se encara o drama complexo da segurança pública, cada vez que um ente federado ou que uma unidade da federação entra em crise, a tendência das pessoas é falar o seguinte: *Bota o Exército na rua*. Isso não é a função do Exército. Ele não está habilitado para isso, não tem tecnologia para isso e, por sorte, com a ajuda de Deus, nenhuma tragédia aconteceu até hoje.

Quem tem tecnologia para atuar no campo policial são as polícias. No mínimo, a força nacional deve criar um anteparo para essa tentação autoritária, antidemocrática e inconstitucional de jogar o exército para cumprir uma função que não é a sua.

Digo isso com todo o respeito que tenho por essa instituição. O exército está constituído, teoricamente, para enfrentar os inimigos externos. Se jogarmos o exército na rua, veremos o inimigo interno de volta; e isso é complicado.

Na discussão para os jogos Pan-Americanos do ano que vem, alguém perguntou quais as medidas que deveriam ser adotadas para esse evento. Perguntaram se seriam colocados tanques nas ruas voltados para as favelas e, se der problemas, se deveriam atirar nas favelas.

Essa, evidentemente, não é a melhor maneira de trabalhar segurança pública nos jogos Pan-Americanos. Nesse ponto entrou em cena a Senasp, a força nacional, com toda uma filosofia inclusiva das comunidades. Caso contrário seria o Pan-Americano contra as comunidades populares do Rio de Janeiro. Nos moldes de hoje, será o Pan-Americano incluindo as comunidades. Esse é o fator da força.

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

O outro ponto a observar é que a força só interfere a pedido dos governos porque nós, da União, não temos a pretensão e nem podemos interferir sem uma solicitação dos governos, dos entes federados.

A Lucimar pergunta por que não houve interferência em São Paulo? Por que São Paulo não pediu. O nosso grupo, da Senasp, se caracteriza por ser um grupo técnico, sem nenhum tom partidário de atuação.

Mas isso não é nenhuma novidade para nós porque São Paulo nunca participou de alguma coisa. Essa cidade está, praticamente, ausente em todos os fóruns nacionais de discussões, não participa das reuniões dos secretários nacionais de segurança pública, não quer contato e nem parceria.

Há muito tempo nós estamos insistindo com isso, mas estamos sendo vencidos pelas evidências de que realmente São Paulo quer trabalhar sozinho. Infelizmente, porque todos os outros Estados, sejam de que partido forem, têm participado, em maior ou menor grau, do Sistema Nacional de Segurança.

Gilmar Mariano levanta a seguinte questão: O Marcola, num dado momento, propôs uma desistência, pelo que entendi, da normalidade legal. Bem, para o Marcola é fácil fazer essa proposta porque ele propõe guerra deflagrada.

Se nós desistirmos da normalidade e da legalidade, iremos ainda mais para uma política de guerra, que não sei se serve para o crime organizado. Talvez sirva, porque em meio a esse caos ele finca raízes, consegue *marketing* e se projeta socialmente.

Acho esse ponto muito complicado. Sei que não foi isso que o Gilmar quis dizer, mas a partir da sua pergunta eu pensei em outra coisa: quando a polícia de São Paulo foi atacada de forma vil pelo crime, se ela tivesse ficado numa resposta dura e enérgica sem levantar suspeita de

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

toda aquela atuação de ilegalidade, ela teria sido glorificada no Brasil inteiro. Isso, em cima de um drama que não deixou de existir de qualquer forma.

Agora, responder à bandidagem com forma de atuação também bandida, é incursionar no paradoxo pedagógico. Quer dizer, por mais dramática que seja a situação de aviltamento da polícia todos nós devemos defendê-la e não agir contra os bandidos de maneira bandida. Ela tem que ser enérgica, até porque ninguém quer uma polícia frouxa.

Responder à bandidagem com atos de bandidagem acaba-se por marcar no inconsciente coletivo uma permissão muito perigosa para o extrapolar das fronteiras morais.

O operador público, de segurança e de direito que é o policial, não pode extrapolar a fronteira moral, mesmo quando combate gente perversa, como o são os bandidos do PCC, de São Paulo, e os bandidos de outros grupos criminosos.

Volto a dizer que a polícia deve reagir com firmeza. Até o momento em que houve essa firmeza, ela estava glorificada no imaginário popular, mas no momento em que começou a haver suspeita, houve uma quebra de imagem.

O Gilmar ainda formula a seguinte pergunta: Essas coisas não acabariam se houvesse a superação da pobreza? Olha, Gilmar, isso é relativo. Isso é complicado porque se pobreza gerasse crime, a Índia seria um dos países de maior criminalidade e violência do planeta; e é um dos mais seguros.

A cidade do Cairo, que tem mais de 13 milhões de miseráveis, seria uma das cidades mais inseguras, mas é uma das mais seguras do planeta. Então, pobreza não gera crime. Mas eu vou te propor um outro modelo que é o seguinte: pobreza que não gera crime é a que tem uma educação moral, é bom que se diga isso.

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

Não estou dizendo isso para parecer bonzinho, mas eu venho de uma geração muito idealista e, por opção, morei alguns anos numa favela. Uma das coisas que descobri com a sabedoria popular da favela é que a quase totalidade das pessoas pobres e miseráveis são heroicamente honestas. Confesso para vocês que nesse período eu nunca usei da ajuda da minha família, mas eu sabia que se a coisa apertasse eu tinha para onde voltar.

Muitas vezes me perguntava que se eu fosse como eles, sem ter para onde voltar, se seria tão honesto quanto eles o eram. Os pobres são heroicamente honestos porque têm valores morais.

Claro que têm bandidos no meio dos pobres, porque os pobres são força de trabalho barata para a bandidagem. Evidentemente que há muitos mais bandidos no meio dos ricos, percentualmente, do que no meio dos pobres. Os bandidos estão em todos os lugares.

Pobreza não gera crime, mas o novo paradigma diz que crime gera pobreza. Onde os bandidos dominam não se faz educação com liberdade, não há livre empreendedorismo, nem um boteco é aberto onde o crime organizado domina que não tenha a sua permissão.

Em qualquer lugar do mundo onde a criminalidade domina, a perpetuação da situação de pobreza e miséria é uma constante. Lutar pela segurança pública é lutar pelo desenvolvimento social. Sem livrar as populações mais carentes do jugo dos bandidos, elas nunca vão empreender, educar e se desenvolver livremente.

A professora Solange Sousa pergunta como fica o papel das mulheres nas corporações policiais? Por exemplo, se temos exames físicos, que nem sempre são adequados para as mulheres, claro que elas rodarão.

Evidentemente que os homens e mulheres são iguais em direito,

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

mas diferentes corporeamente. Todos têm seus valores, mas são diferentes. Os exames físicos têm que ser adequados para cada um.

Quero aproveitar a questão da Solange para dizer que a presença feminina nas corporações policiais é fundamental. As mulheres trazem a lufada de humanização. A Alba falou a respeito disso, ela se referiu ao Ethos guerreiro masculino.

Vocês já se deram conta que quase toda a violência do planeta provém da violência explícita masculina? Os presídios estão cheios de homens, as Febens também. Quase não há mulheres presas. Mesmo num ambiente prisional feminino e masculino, a violência masculina é muito maior do que a feminina.

O Ethos Guerreiro é um problema muito sério, mas ele não está só na delinqüência, ele também está presente nas corporações policiais. Nós, homens, levamos para as nossas profissões o nosso Ethos Guerreiro. Nós, homens, acreditamos que resolveremos as coisas na base da porrada.

Devemos ter a presença, aqui, de pais e mães. Eu gosto de ter uma conversa bem pé no chão. Sempre faço um convite aos pais para que tenham muito cuidado na educação. Muito se tem falado em gênero, que lembra mais as mulheres, mas temos que lembrar mais dos homens.

Devemos ter muito cuidado com a educação de gênero que damos aos nossos homens, De algum lugar sai esse Ethos Guerreiro, e deve ser das famílias. Pensar que as coisas mudaram é engano, tem muita coisa que está como no passado.

Demos apenas uma disfarçada, mas tudo continua no mesmo. Tem um ditado que diz: *É preciso mudar tudo para que nada mude*. Na educação masculina tudo se mudou para que nada mudasse. Os homens continuam sem permissão para chorar.

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

Analistem a fundo e verão que muita coisa não mudou. Os homens não podem mostrar sentimento, os homens não tocam. Há uma máxima em psicologia que diz que quem não pode tocar o outro, quem não pode tocar, seja física ou psicologicamente, chuta, bate e mata. Algum contato com os outros, nós, homens, temos que ter.

Se não houver permissão para nenhum contato, nós faremos o contato da violência. Reeducar os homens e o reingresso em maior quantidade das mulheres nas incorporações policiais é muito importante para a minimização desse Ethos Guerreiro, dessa credence de que a violência resolve problemas e não a inteligência.

**O SR. COORDENADOR** (Carlos Roberto Santana da Rosa) – A responsabilidade por eventuais atrasos é minha e eu tenho a percepção de que a organização do evento nunca mais me convidará para ser mediador. Mas passaremos às respostas das questões formuladas para a Dra. Regina Miki.

**A SRA. REGINA MIKI** – Tentarei ser breve pois o Mariano está com medo de perder o avião.

Para a Daina Flores, acadêmica de Direito. Houve, sim, uma integração com as universidades. A Fundação Santo André, por meio de convênio, ajudou na formação dos guardas. Na cidade, nós temos uma faculdade particular, que também tem convênio com a prefeitura no trabalho de requalificação permanente.

Em São Paulo, criou-se uma academia para a formação de guardas. Quando o Mariano foi secretário, todas as prefeituras vizinhas tinham liberdade de se socorrer da academia para a formação de guardas. Hoje, infelizmente, nem sei no que ela virou. Há falta da institucionalidade: mudou o governo, acaba a política.

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

Quem controla a guarda? Aqui há uma afirmação de que o Ministério Público só supervisiona as polícias. Na verdade, o Ministério Público tem autonomia para controlar as guardas municipais, muito embora, diretamente, tenhamos a ouvidoria na secretaria, a corregedoria da guarda municipal e, por meio dos conselhos municipais de segurança formados nos diversos bairros, haja uma avaliação direta, periódica, da guarda municipal pela própria população.

Na população de Diadema, com 333 mil habitantes, o índice de analfabetismo ainda é de 10%, embora ainda tenhamos vários projetos e programas como o Mova, que tenta a alfabetização de adultos e pessoas com maior deficiência. Hoje, inclusive há o Mova Digital, que é um movimento de alfabetização digital.

Não conto com a estatística atualizada de desemprego. Somente tenho a última, de 2005, que é de 15.7%. O nome do prefeito em exercício da cidade chama-se Joel Fonseca; e o prefeito licenciado por 90 dias é José de Filipe Júnior.

Em Diadema, passaram a fechar os bares às 23 horas, pois quando realizamos o mapeamento da criminalidade verificamos que 60% dos homicídios ocorriam das 23 horas até as 4 horas da madrugada, sempre com o histórico de bares.

Trabalhamos com a população em audiências públicas a respeito do fechamento dos bares e da formatação dessa lei, que foi para câmara. Ao chegar lá para ser votada, 82% da população se dizia a favor da aprovação, hoje, quatro anos depois da implementação e efetivo cumprimento dessa lei, 98% é a favor do fechamento dos bares, às 23 horas, em Diadema.

Respondendo a mais uma pergunta, acreditamos que o álcool não é o único causador da criminalidade. Mas, sem dúvida nenhuma e sem qualquer análise, ele é um dos potencializadores da criminalidade.

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DATA: 12-07-2006 – TARDE****SEM REVISÃO**

A instalação das delegacias e companhias, em Diadema, se fizeram da seguinte maneira: dividimos a cidade em regiões e custemos o pagamento dos aluguéis, alimentação e manutenção de viaturas do Estado. Ordeno a minha secretaria a doar cerca de 2 milhões de reais/ano para pagamento de tudo que se refere às polícias.

A distribuição foi feita dividindo a cidade em regiões: sul, norte, leste e oeste. Temos quatro DPs, quatro companhias divididas dessa maneira. Essa pergunta vem com uma crítica: Das 22 delegacias existentes em Porto Alegre, a metade está na zona norte e apenas duas estão na zona sul.

Temos aqui o comentário do Sandro, vigia municipal de Alvorada. Sandro, eu conheço muito bem a política que foi desenvolvida em Alvorada, de 2000 a 2004. Conheço, inclusive, a ex-prefeita Estela, por quem tenho muita amizade. Se observarem a minha exposição, quando falo em escolas há muita similitude no trabalho que realizamos. Creio no que você está dizendo, uma guarda social trabalhando dentro das escolas tem que ser propagado e perpetuado.

Gostaria de, como todos comentaram acerca da violência, comunicar quanto aos episódios que estão acontecendo em São Paulo, agora há pouco recebi por telefone um aviso da Guarda Municipal, já chegam a 54 os atentados de ontem para hoje.

Não significa que somente São Paulo esteja sendo atingida, gostaria que vocês prestassem atenção.

Deixo, aqui, um alerta: o que está sendo questionado e apontado é o estado de direito no Brasil. Obrigada. (palmas)

**O SR. COORDENADOR** (Carlos Roberto Santana da Rosa) – Chegamos ao final do Eixo nº 3 do Seminário Nacional de Segurança Pública.

**SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
**DATA: 12-07-2006 – TARDE**

**SEM REVISÃO**

Apesar dos atrasos estamos mantendo o início do Eixo nº 4, que vai tratar sobre o medo do crime, a sensação de insegurança e o papel da mídia, para as 19h30min.

Gostaria de agradecer a Mesa em nome da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa pela brilhante exposição. Muito obrigado. (palmas)